

ATA DEGRAVADA 217ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3 Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil dezesseis, às nove horas, na plenária do 3º andar
4 da Casa de Direitos – MG, realizou-se a ducentésima sétima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada
5 pela – Presidente Maria Alves, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Rodrigo
6 dos Santos França - ASSPROM, Geisiane Lima Soares - Caritas, Luiz George Marcelino da Trindade –
7 CMAS/Lagoa Santa, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, Silvana Célia de Campos – SEE, Leonardo
8 Carvalho Ladeira – SEPLAG, Rosilene Aparecida Tavares – CRESS, Leonardo Koury Martins – SEDA,
9 Raquel Francisca Ferreira – CMAS/São Francisco de Paula, Lúcia Elena Santos J. Rodrigues –
10 COGEMAS, Soyla R. dos Santos Pereira – CMAS de Paracatu, Cristiane Isabel Felipe - IMSNS, Josiany
11 Vieira de Souza – ACONESQUISTAC, Maira Colares - SEDESE, Simone Albuquerque -SEDESE e Wilson
12 Sales - SEF. Dos conselheiros suplentes: Isabela de V. Teixeira – SEDESE, Maria Pascoa Andrade –
13 COGEMAS, Marta Maria V. Castro da Silva – SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS/Pedro
14 Leopoldo, Sandra Regina Ferreira Barbosa-SINTIBREF, Isac dos Santos Lopes – Assoc. Quilombola do
15 Suaçuí e Pirangueiras, Wiliam de Souza Franco- Comunidade Quilombola Marques e dos membros da
16 Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Nilce Araújo, Adelmira Cerqueira, Regina
17 Caldeira, Vera Lucia, Rosalice Tassar, Leonardo Lobato, Ângelo Machado e Rosângela. A plenária teve
18 início com a fala da Presidente Maria Alves. **MARIA:** Nós vamos dar início a nossa plenária. Nós
19 acabamos de nos reunir, reuniu a sociedade civil, reuniu o governo. Nós já estamos atrasados um
20 pouquinho, mas a gente vai dar início agora. Já estamos com quórum, tudo bonitinho, na nossa
21 ducentésima quinta plenária ordinária. Nós temos alguns... VOZ AO FUNDO. Aqui está ducentésima
22 quinta. Mesmo concertando, ficou ducentésima sexta. RISOS. É sétima então? VOZ AO FUNDO. Ah!
23 Está certo! Aqui é para apreciação da ata... RISOS. Está certo. VOZ AO FUNDO. Mas então é a nossa
24 ducentésima sétima reunião... VOZ AO FUNDO. Ducentésima décima sétima. Nós vamos colocar em
25 apreciação as atas da ducentésima décima quinta e sexta? Certo. Alguém tem algo a. Em gente?
26 Podemos considerar aprovadas? Então, consideradas aprovadas as atas da ducentésima quinta e
27 ducentésima sexta. Certo, não é? Nós temos algumas justificativas de ausência. Temos a
28 justificativa de ausência da Dayana Cristina, do CMAS/Juiz de Fora, que é por motivo de trabalho; da
29 Maria do Carmo, do CMAS/Leopoldina, que é por motivo de saúde; a Érica Andrade, do CRP, que é
30 por motivo de saúde também; o Walter Figueiredo, da APAES, por motivo familiar; o William França,
31 do CMAS/BH, também por motivo de trabalho; e a Fabrícia Ferraz, da SEAPA, que é por motivo de
32 saúde. **MARTA SILVA:** Só um minutinho. Eu acabo de receber aqui a informação que o Wilson Lana,
33 representante do governo, está com dificuldades de chegar aqui. Então ele está justificando o atraso
34 dele, por causa do trânsito, tá? **MARIA:** Nós temos aqui a apreciação da pauta. Alguém tem algo a
35 acrescentar? Algum informe que vai acrescido? Nós temos o ponto que vai tratar da questão do 1º
36 Seminário do Fórum de Conselhos. Mas aí a gente coloca como ponto na pauta, porque não está.
37 Mais alguém? Pronto? Agora a gente passa para o processo de escolha da mesa diretora. A Simone
38 está dizendo que ela que deixasse para o final, mas eu queria fazer questão que fosse nesse
39 momento. VOZ AO FUNDO. RISOS. Justamente... No finalzinho a gente entra em conflito. RISOS. Antes
40 de anunciar quem vai ser a nossa vice-presidente e a nossa secretária, eu queria dizer pra vocês que,
41 esse período que eu passei aqui foi um período de muita aprendizagem pra mim. Eu imagino que foi
42 um desafio, que deu pra perceber que dificilmente nós vamos ter a mesma situação com o usuário
43 tradicional da política. Eu não me considero uma usuária comum da política, uma vez que eu passei
44 por vários processos de vulnerabilidade social e me elevei. Hoje eu estou em um nível de
45 representação, que me dá total condição de estar nesse se lugar. Eu falo isso por questão de
46 locomoção, de mobilidade, de informação, de conhecimento, de luta. Foi um processo de luta de eu
47 estar aqui, não só no CEAS, mas o fato de eu ser diretora da Federação, pertencer ao grupo de
48 gestores de povos tradicionais... Então, assim, foi um acúmulo bem bacana. Mesmo eu estando
49 nesses diversos espaços, eu estou lá na roça. Antes de ontem eu estava exatamente entre 13h e 15h

50 da tarde no formigueiro, pegando tanajura. Talvez vocês achem isso o cúmulo do absurdo, primeiro
51 por comer tanajura, segundo ir para o formigueiro. Mas é só para vocês terem dimensão da realidade
52 que eu vivo. Isso é raro hoje em dia. É raro pra nós do lado de cá dos movimentos sociais porque,
53 geralmente as pessoas que estão nesse lugar elas afastam de suas bases, afastam porque o nosso
54 cotidiano nos cobra isso. Mas eu tento driblar o cotidiano. Eu forço estar lá porque, eu gosto de falar
55 daquilo que eu vejo e aquilo que eu vivo. Você entendeu? Aquilo que eu vivo. É interessante. Ou pelo
56 menos o que eu vivi em algum momento da história. Então esse momento de eu ser a presidente do
57 CEAS... Inclusive eu não tinha sido presidente em nada ainda na minha vida... RISOS. Achei um negócio
58 interessante, e ao mesmo tempo complicado demais. RISOS. Mas foi bacana, porque a história de
59 Minas, a história do CEAS, ficaram marcadas, por ter esse perfil que eu tenho: negra, mulher, rural,
60 quilombola, mãe... Até de mais, né? RISOS. Esse perfil meu é muito desafiador também para
61 representar. Representar tudo isso é muito complicado, nos coloca em contradição em alguns
62 momentos. Este lugar de presidente do CEAS, e ao mesmo tempo carregar nas costas o que eu
63 carrego, é contraditório às vezes. Isso faz parte do jogo, faz parte da sociedade, faz parte do processo
64 que anda pra frente. Então eu aprendi muito estando nesse lugar, não só de passar por essa
65 representação, mas com cada um de vocês. Imagino eu também que eu consegui ensinar alguma
66 coisa. Boa parte desse processo eu atuei muita das vezes agindo de tal forma não por hipocrisia, não
67 foi. Foi de propósito, pra gente perceber que eu estando nesse lugar tinha que usar um perfil formal,
68 quadrado, de presidente, para os conselheiros, para a secretaria executiva... Mas eu tentei quebrar
69 isso. Por mais formal que a sociedade seja, por mais arcaica que ela seja, existem as possibilidade de
70 se fazer diferente. A gente não consegue defender os povos tradicionais, as mulheres, a juventude,
71 os negros, os gays, sendo quadrado, porque o quadrado os exclui. É preciso você fazer diferente. Eu
72 tentei pelo menos trazer a mensagem para esse lugar dessa forma. Se nós não conseguirmos quebrar
73 um pouco o que já está posto historicamente pra nós, a gente vai continuar excluindo. Ontem, por
74 exemplo, eu poderia ter conseguido mudar o horário da consulta dela, pra ela ficar com o neném e
75 eu não levar a neném. Eu fiz questão de levar a neném. E vocês viram, parece que as coisas são postas
76 para dar certo. Eu estava na mesa e tive que sair para amamentar ela. É complicado demais tratar
77 disso na sociedade, não é? A Manuela colocou em discussão o projeto de lei para garantir que as
78 mães em espaços públicos pudessem ter o direito de amamentar os seus filhos. Mas observem vocês
79 mesmo, qual foi a visão que vocês tiveram? Qual é o verdadeiro sentimento que a sociedade tem
80 quando eu, por exemplo, saio da mesa de abertura de um evento, onde eu sou importante na mesa,
81 para dar de mamar a minha filha? Pior é se eu tivesse levado ela para dar de mamar na mesa. Não
82 estou dizendo que nós temos que sair por aí fazendo isso, mas é pra gente refletir como que as coisas
83 estão postas pra nós e como que a gente tem muito que aprender. Por mais que nós já sabemos, nós
84 temos muito o que aprender. Foi esse sentimento que eu passei aqui que eu vou carregar do CEAS,
85 sabe? Foi um dos espaços bacana que eu participei e que eu vou continuar participando. Mas eu falo
86 desse lugar, de militância, no estado de comando. Eu não sei, mas eu acho que não aprendi a
87 comandar. Eu até brinquei com a Consolação. Tudo dela é: “presidente... Não sei o que...” Não precisa
88 em chamar de presidente. As resoluções já dizem o que sou. Me chame de Maria. Eu brinquei com
89 ela. Na verdade, é muita formalidade, né? E ela sabe disso. Eu o tempo todo fiquei cobrando dela
90 essas coisas que o Estado põe. Mas eu, no lugar em que eu estava enquanto sociedade civil, eu queria
91 trazer um pouco disso. Eu tentei escrever algumas coisas pra eu deixar pra vocês. Está escrito, porque
92 assim, vocês poderão levar. Se algum dia, alguém que passou e passar por aqui, vier do lugar de onde
93 eu vim, pode perceber que antes dele a gente deu um primeiro passo interessante. Mas o desafio
94 continua. Agora mais do que nunca parece que os desafios cresceram né? Em vez de a gente avançar
95 para os desafios diminuírem, aparece Simone que depois de tanto avanço que a gente teve, parece
96 que a chuva veio e abriu uma cratera maior ainda. O desafio agora requer de nós... E agora,
97 independentemente de ser usuário, de ser trabalhador, de ser apoiador, nós vamos ter que fazer uma
98 corrente não para opressão, mas para a gente se sustentar para poder pular a cratera que tem e

99 recomendar a história tudo de novo. Ou pelo menos agarrar no que a história está deixando pra nós,
100 pra gente garantir que as futuras gerações tenham em vista o início dos avanços que já começou
101 neste país. A gente não pode permitir que isso suma de vista. Eu até comecei a conversar com a Lúcia
102 há algum tempo atrás, fora do ambiente do Conselho em um almoço. Ela me disse algumas coisas
103 sobre o que têm colocado na humanidade de revoluções, de retrocesso e de recomeço. Eu começo
104 agora a ganhar forças ou recarregar as energias baseado nisso. Parece que o que está acontecendo
105 no Brasil vai chegar ao extremo absoluto, aonde a gente vai chorar as conquistas que a gente teve.
106 Muitas das nossas famílias, muitos dos nossos municípios, do campo e da cidade, vão chorar o acesso
107 ao Bolsa Família, vão chorar a moto que não pôde comprar uma nova, vão chorar a faculdade do seu
108 filho... Parece que vai ter que chegar nesse nível, para que através da dor as pessoas possam reagir.
109 Enquanto não doer, as pessoas não vão se levantar do lugar incômodo que muitas estão. Então eu
110 estou muito esperançosa nisso. A gente não pode abandonar o barco, porque esse barco vai precisar
111 de muita vaga, para colocar muita gente lá na frente, que vão se somar conosco e que já estão se
112 somando. Era isso. APLAUSOS. Obrigada gente. A carta traz um pouco desse meu sentimento. Eu
113 queria que vocês lessem com muito carinho. Se não quiser ler agora, pode guarda para um momento
114 mais tranquilo. Eu tentei fazer algo que lembrasse um pouquinho esse mundo que é urbano, que é
115 rural, cheio de diversidade. No meio disso tudo não tem como não ter aquilo que também gera algo
116 que seja padrão. Pensando nisso, eu trouxe uma lembrancinha. VOZ AO FUNDO. **LÚCIA:**
117 Independente da leitura, nós vamos fazer a leitura da carta da nossa Maria, né Maria? Você é nossa!
118 Mas eu queria deixar uma indicação, se tiver a concordância dos conselheiros, que o CEAS encaminhe
119 essa carta aos CMAS. Se ainda tem um Conselho deitado em berço esplêndido, está na hora de
120 acordar! Talvez essa seja a forma bonita de fazer e chamar todos pra luta. **MARIA:** A Geisiane pediu
121 pra eu ler a carta. Então eu vou ler de forma bem rápida. Carta ao CEAS. O CEAS é um espaço
122 poderoso, que tem possibilidade de encaminhar e direcionar diretrizes que possam reconhecer as
123 pessoas nas suas diversas formas de vida, inclusive dar voz a elas. Muitos, não têm a dimensão disso.
124 Levarei comigo a experiência dos momentos em que tive a oportunidade de conhecer e vivenciar a
125 política do SUAS, em especial quando em mim foi confiada a tarefa singular de assumir a presidência
126 deste Conselho. Essa experiência me marcou como um ser humano, cidadã. E sobre tudo como
127 mulher, negra, quilombola, liderança rural, dirigente sindical, esposa e mãe, de origem muito simples,
128 privada de direitos básicos, cuja história de vida foi marcada por várias situações de vulnerabilidade
129 social. Falando do lugar de usuários do SUAS eu poderia falar muitas coisas, relatar muitos episódios.
130 No entanto, eu faço apenas um pedido, o mesmo que vocês já presenciaram eu dizer inúmeras vezes:
131 é preciso garantir direito a quem é de direito. Para isso, é necessário dentre outras coisas elevar a
132 percepção intelectual, a começar pela nossa, da capacidade de envolvimento, a superação das
133 correntes negativas que por hora vigora no país, cuja expressão máxima é o retrocesso de direito
134 duramente conquistados. Não aceitaremos marcha ré no contexto do atendimento ao SUAS, dos
135 direitos as crianças, na reforma da previdência, das leis trabalhistas, do congelamento dos recursos
136 da saúde, educação, das políticas públicas, enfim... Da classe trabalhadora deste país. E mesmo se
137 assim acontecer, continuaremos em frente e pra frente. É preciso ainda desconstruir as grandes, mas
138 também as pequenas cercas, de que alguma forma nos isola da luta coletiva enquanto classe social.
139 É preciso olhar em busca de novos horizontes, lutar contra a opressão e tudo aquilo que exclui o
140 nosso povo e que quer destruir com nação brasileira, que canta com brando retumbante: deste solo
141 és mãe gentil. Para tanto, precisamos unir força, reinventar formas de luta e sobrevivência. As notícias
142 de todo santo dia no Senado, na Câmara, no Estado, no Município, em diversos países perturbam as
143 nossas mentes e corações, coloca em cheque aquilo que ainda acreditamos: justiça, igualdade,
144 distribuição de renda, honestidade, respeito e valorização das culturas e dos sujeitos que sempre
145 estiveram à margem da sociedade, que em muitos os casos a miséria, a exclusão, se encarregou de
146 contar a sua história. A lista é enorme, não é? Por isso não podemos deixar morrer o potencial que
147 temos, e fortalecer este espaço de luta e defesa dos usuários, entidades, trabalhadores, CMAS e

148 gestores comprometidos fazendo com que o SUAS avance. É importante nunca esquecer que o CEAS
149 é um lugar onde defendemos os profissionais éticos, coerentes, que tem na sua profissão a condição
150 da mediação dos direitos, que independente do lugar estarão sempre em missão. Eu sigo com essa
151 consciência! Acredito que o CEAS pode viabilizar estratégias para que as entidades possam cada vez
152 mais prestar serviços com qualidade e com condições favoráveis. Sinto em mim uma força gritante!
153 Segui sempre em frente! Abraço a todos, reconhecendo a cada pessoa que compõe a equipe do CEAS:
154 Rosalice, Leonardo, Nilce, Rosângela, Regina, Ângelo, Vera, Adelmira, Mise, Paula, Cláudia e Raquel,
155 que fazem parte deste processo. Reconheço o esforço de cada pessoa da SEDESE, em especial a
156 secretária Rosilene e a subsecretária Simone. Também de forma especial, ao André Quintão, a
157 Aninha, o Bruno, e a secretária executiva Consolação. Por fim, os conselheiros (as) do CEAS, que
158 depositaram em mim a confiança de presidir o CEAS e dividiram cada momento comigo. Muito
159 obrigada. Vamos juntos e em frente! Maria Alves. APLAUSOS. VOZ AO FUNDO. RISOS. VOZ AO FUNDO.
160 Eu acho que tudo vai se encaminhando de forma bem tranquila e natural. A gente vai ter como a
161 nossa vice-presidente as entidades. E pelas as entidades a gente tem a Geisiane, que merece uma
162 salva de palmas. APLAUSOS. E a gente vai ter como segundo secretário os usuários. É com muita
163 honra que eu anuncio para vocês que a nossa segunda secretária é a Josiane. APLAUSOS. Geisiane e
164 Josiane. VOZ AO FUNDO. Já que está para eu continuar a reunião, eu posso seguir, não é Simone?
165 **LÚCIA:** Na representação do governo, nós estamos indicando a Simone Albuquerque para presidência
166 deste Conselho. APLAUSOS. E eu a acompanho na primeira secretaria. APLAUSOS. VOZ AO FUNDO.
167 **SIMONE:** Eu sinto que eu não posso deixar de falar, Maria. Eu acho que todos nós sonhamos com o
168 SUAS onde todos são usuários. Todos! Ninguém aqui pode dizer que qualquer um de nós não vai
169 precisar de proteção do Estado um dia. Eu confessadamente, muito pela assistência social, por causa
170 própria, né? Eu acredito em uma sociedade onde você não tem que ser responsável por você ser
171 criança, por você ser deficiente, por você ser idoso, por você não ter condições de ter renda suficiente
172 pra comprar tudo o que você necessita. Então eu acho que essa é uma luta que você colaborou muito
173 com ela. Isso é uma coisa importantíssima! Eu acho que a sua presença, a sua força, a sua história,
174 contribuiu muito para que as pessoas não tenham vergonha de continuar acreditando que o que elas
175 recebem é uma dádiva, é uma doação do Estado, que ela é incapaz, que ela não deu certo no
176 mercado, enfim... Eu acho que nós temos que continuar lutando por uma assistência social assim.
177 Para nós foi muito importante a sua presença aqui, pra mim particularmente. Eu sinceramente
178 assumo a presidência do Conselho com toda a responsabilidade que eu sinto no meu coração. Eu
179 sinto muita responsabilidade. Cada vez que eu venho a esse Conselho, eu venho com muita
180 responsabilidade. Mas pra mim foi muito importante ter você na presidência do Conselho. A
181 importância não é por cauda disso, ou daquilo... É porque eu tinha certeza absoluta que a sua direção
182 era uma direção que ia de fato se encontrar com os ideais históricos nossos de justiça, de democracia,
183 de igualdade... Então eu quero te agradecer muito, muito mesmo, viu Maria? Você é uma mulher
184 muito bacana! Você é uma mulher muito forte! Você é uma mulher muito especial! Você é muito
185 importante! Eu espero, mais do que nunca, que você possa contribuir com a história da assistência
186 social, sabe? Eu tenho certeza que nós vamos precisar muito de você. Um dia eu te disse que a gente
187 deveria investir na organização, há dois anos quando a gente decidiu o debate da nossa conferência.
188 Agora, eu tenho certeza de que nós temos que investir muito na organização dos usuários, dos
189 trabalhadores e das entidades. Geise, nós vamos ter que dobrar os esforços pra trazer as entidades
190 de assistência social para o Conselho. Elas têm diferenças, elas são diferentes. Elas têm que se sentir
191 reconhecidas no Conselho. Eu que vai ser muito bacana a Geise compor a nossa presidência ampliada.
192 Continue o nosso resgate na questão dos usuários. Nós temos comemorar as nossas conquistas
193 históricas, mas também acenar o nosso compromisso a isso que está escrito nessa carta, de nos
194 manter firmes, sentados ou em pés, mas firmes. Então muito obrigada. Você é uma pessoa muito,
195 muito querida. Quem aprendeu foram nós com você, Maria. Obrigada, de verdade. APLAUSOS.
196 **GEISIANE:** Quero pedir licença para falar rapidamente. Bom dia a todos (as). Eu quero agradecer

197 novamente a sociedade civil pela confiança, pelo apoio. Reafirmo o meu compromisso nesse
198 Conselho, a minha vontade de continuar em aprendizado. Eu tenho aprendido muito nesse Conselho.
199 Eu tenho aprendido muito com todas (os) conselheiras (os). Eu compartilho Simone desse desejo. É
200 um momento muito importante, discutimos isso lá com a sociedade civil. É um momento importante
201 pra gente lutar pela política de assistência social. E aí eu reforço a fala da Sandra, que ficou muito
202 marcada pra mim. É importante mesmo a gente levantar a bandeira da política de assistência social
203 rumo a esse avanço e a esse reconhecimento do SUAS, que com muita luta e muito trabalho foi
204 estabelecido. Então eu acho que é um momento mais do que importante. Que a gente consiga se
205 unir, renovar as força e as energias, é o momento oportuno. Quero dizer que com as minhas
206 limitações, com as minhas dificuldades e ainda com o aprendizado que tenho que construir, me
207 coloco totalmente à disposição. Eu agradeço. Estamos juntos! E nenhum direito a menos! Obrigada.
208 APLAUSOS. **MARIA:** Muito bem. Obrigada Simone. Parabéns Geise, Josiane e a Lúcia. Então agora nós
209 vamos passar para os informes. O informe agora é do COGEMAS, com a conselheira Páscoa. VOZ AO
210 FUNDO. **PÁSCOA:** Eu tentei fazer contato aqui Lúcia com o pessoal do COGEMAS. O Marcelo
211 respondeu que eles vão ter que reunir ainda pra ver se vai ter reunião em dezembro. Então eles não
212 estão sabendo ainda como que vai ser. Mas ele disse que vamos ter uma reunião antes para estar
213 vendo a questão para organização a eleição da diretoria do próximo ano. Então o único informe que
214 eu tenho é esse. Não tem nada definido ainda, mas pra dezembro a gente já adotou uma formação.
215 Obrigada. VOZ AO FUNDO. A reunião da CIB aconteceu no dia 09/11 na cidade administrativa. A
216 pauta da reunião foi a apresentação da proposta da orientação para implantação da MROSC nos
217 municípios. A leitura foi feita pela Daíra e Marta Silva. Elas fizeram a leitura, teve vários destaques.
218 Mas pra mim, o mais importante de todos, foi o da Simone Albuquerque. Ela colocou que a gente
219 precisa focar mais nas questões da assistência social em relação à MROSC. Tiveram alguns municípios
220 presentes. O Darci veio com a equipe dele para buscar mais esclarecimentos. Outro assunto foi o
221 relato da reunião da câmara técnica para desenvolver os estudos sobre os impactos das alterações
222 nas regulamentações federais do financiamento dos serviços socioassistenciais. Foi o Jaime que fez.
223 E o Régis fez o relato da câmara técnica que discute o serviço regionalizado de PSE e média
224 complexidade. Esse dia foi uma reunião bem corrida, porque a Simone tinha um evento importante.
225 A Maíra fez os informes da SEDESE. A Kátia, de Sabará, fez os informes do COGEMAS. Ficou definida
226 que a questão da MROSC haverá um caderno de orientações sobre a nossa parte da assistência social.
227 O Régis colocou a resolução sobre as notificações de violações de direitos, que será discutida na
228 próxima CIB. A próxima CIB será no dia 02 de dezembro, onde que a gente vai discutir essa questão
229 da resolução. São só esses informes da CIB. Obrigada. **MARIA:** Agora é o informe da SEDESE, com a
230 Simone. **SIMONE:**Primeiro eu quero dar a notícia do preenchimento do nosso plano de serviço de
231 2015. Dos 853 municípios: 817 já aprovaram o plano de serviço. Isso é um esforço muito importante,
232 tanto no plano de serviço de 2015, quanto no plano de serviço de 2016. Pode passar. Esse esforço
233 nós precisamos dividir, tanto com as diretorias regionais da SEDESE, quanto com o COGEMAS, com o
234 CEAS, com os CMAS. Esse resultado com certeza é fruto de um esforço coletivo. O único município de
235 Minas que não tinha o Fundo Municipal constituído, não tem Conselho constituído, não tem rede de
236 proteção, é o município de Venceslau Brás. Então nós tiramos há dois meses atrás, na CIB, que a gente
237 iria procurar o prefeito eleito em Venceslau Brás. E quem ficou responsável pelo COGEMAS foi o
238 secretário de Tiradentes, o Célio. Ele me ligou agora dizendo que ele conseguiu a reunião. Então nós
239 vamos juntos ao município: SEDESE e COGEMAS, para convencê-lo que ele é o único município que
240 não aderiu ao SUAS o Estado e da importância dele fazer essa adesão. Então no próximo pleno do
241 Conselho Estadual nós traremos informações. Nós iremos lá no dia 29 de novembro agora. A
242 prestação de contas dos recursos do cofinanciamento estadual de 2014: O demonstrativo físico-
243 financeiro da receita da despesa está disponível para preenchimento. As informações devem ser
244 inseridas no SIGCON pelos gestores municipais e aprovadas pelos CMAS. O endereço eletrônico é:
245 www.convenios.mg.gov.br E como eu prometi também, aqui estão os repasses do Fundo Estadual.

246 Nós fizemos esse mês o repasse do mês de maio do piso mineiro fixo e o pagamento do mês de junho
247 de 2016. Então os pagamentos dos meses de junho, agosto, setembro e outubro de 2016 estão
248 empenhados e liquidados, aguardando liberação financeira para pagamento. Aqui estão os repasses
249 do Fundo Nacional de Assistência Social. Esses informes foram concluídos na quarta-feira. Eu estou
250 dizendo isso porque eu sei que já foram repassados mais recursos do piso de quarta-feira. Mas até
251 quarta-feira a gente tinha recebido o IGD do Bolsa de junho de 2016. O restante das parcelas são as
252 mesmas que eu já informei aqui no mês passado. Com relação ao Censo SUAS 2016: Os formulários
253 do Censo SUAS 2016 estão disponíveis para o lançamento das informações desde o dia 12 de
254 setembro. Eu vou só reforçar o questionário: Os questionários do CRAS, CREAS e Centro POP estarão
255 abertos até 04 de novembro. Ah, já foi encerrado, né? Os Centros de Convivências, Centros Dias
256 Similares, CMAS E CEAS os prazos se encerram hoje. A Consolidação está dizendo que está tudo ok; As
257 Unidades de Acolhimento é até 02 de dezembro; Acolhimento e Gestão Municipal e Gestão Estadual
258 é até 02 de dezembro; Período de ratificação é de 05 a 09 de dezembro. Os informes do Capacita
259 SUAS: Os cursos vêm sendo ministrados regularmente de acordo com o cronograma com uma adesão
260 bastante significativa dos municípios. Neste mês, está em andamento a capacitação de nove turmas
261 em cinco pólos. Estão previstas mais treze turmas em oito pólos. São esses os pólos: Governador
262 Valadares, Timóteo, Curvelo, São João Del Rei e Uberaba. Todos são no dia 07 de novembro; Depois:
263 Montes Claros, Juiz de Fora, Ituiutaba. Esses são no dia 21 de novembro; E os últimos: Salinas, Juiz de
264 Fora, Teófilo Otoni, Curvelo, Uberlândia. Todos são no dia 28 de novembro. Assim a gente termina o
265 Capacita deste ano. Telepresencial da SEDESE 2016: O segundo ciclo de aulas telepresenciais teve
266 início no dia 19 de outubro de 2016, onde foram exibidas quatro aulas relacionadas ao tema: “O SUAS
267 em debate. Qualificação da gestão e a oferta de serviço e benefícios socioassistenciais.” No dia 19 de
268 outubro, ao vivo: “Estratégia de enfrentamento da pobreza no campo, povos e comunidades
269 tradicionais em Minas Gerais.” No dia 26 de outubro, ao vivo: “O atendimento para a população em
270 situação de rua, o olhar dos movimentos sociais.” No dia 10 novembro ao vivo: “Acolhimento
271 institucional para crianças e adolescentes, diretrizes e procedimentos.” E antes de ontem: “Juventude
272 como potência e reflexões para atendimento no SUAS.” A gente teve o prazer de contar com a
273 presença do presidente da CUFA – Central Única de Favelas. Ele esteve presente. Depois a Maíra pode
274 complementar o meu informe. Aqui é a relação dos pólos aptos para receberem transmissão via
275 satélite: Almenara, Araçuaí, Arcos, Barbacena, Belo Horizonte, enfim... Têm vários. Eu vou deixar aqui
276 se algum conselheiro tiver interesse... Nós tivemos no dia 25 de outubro de 2016 uma oficina de boas
277 práticas. Olha a foto, que linda! Participaram da oficina e compartilharam ações e iniciativas
278 representantes dos municípios de Belo Horizonte, Boa Esperança, Capelina, Coronel Fabriciano,
279 Engenheiro Navarro, Florestal, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves, Poços de Caldas, Paracatu, Taiobeira,
280 Três Corações, Sabinópolis, e Ribeirão das Neves. Foi uma oficina muito importante. Essa oficina teve
281 como objetivo a gente discutir com os municípios qual o conteúdo deve ter o caderno do curso da
282 vigilância. Então eles apresentaram as experiências, como que eles implantaram a vigilância, o quê
283 que ele fizeram. Depois nós apresentamos o caderno nacional e os conteúdos. E aí nós tiramos as
284 propostas que vão ter os conteúdos do caderno da vigilância no ano que vem. Aqui é o informe das
285 URCMAS: São instituídas pelo CEAS. Eu não sei se os senhores viram, mas tem duas novidades. Eu
286 não sei se tem todas as duas colocadas aqui. Mas, foi publicada no Jornal Minas Gerais, dia 29 de
287 outubro, a resolução nº 580/CEAS que dispõe sobre as URCMAS como Fóruns Regionais consultivos
288 de controle da política estadual de assistência social. E também foi incluída na reforma administrativa
289 da SEDESE a responsabilidade da diretoria regional com os Fóruns Regionais consultivos. Eu peço ao
290 Conselho que encaminhe para todos os Conselhos Municipais, para as URCMAS, enfim... Para todos
291 os Conselhos Estaduais, para o FONSEAS, para o CONGEMAS. Deve dar conhecimento não só a
292 instituição, mas a institucionalização. Eu acho que não vamos mais discutir as URCMAS, vamos
293 discutir outras coisas daqui pra frente. Nós vamos discutir esse assunto bastante. Também quero
294 informar que a SEDESE participou do Seminário sobre Acolhimento de Crianças e Adolescentes, na

295 Bahia, com objetivo de prestar apoio técnico aos municípios baianos no processo de reordenamento
296 para o serviço de acolhimento de criança e adolescente. Claro que não foi com o objetivo de levar
297 apoio técnico, né? Mas com o objetivo de a gente apresentar a nossa experiência do Estado de Minas
298 Gerais. Já é o segundo convite que a gente recebe para participar do de eventos estaduais,
299 exatamente para a gente apresentar as nossas experiências. E agora eu vou dar a notícia mais
300 prazerosa, mais importante, mais fantástica. É a melhor de todas! O meu coração até palpita! É com
301 muita honra que eu informo e convido a todos para participar da inauguração do CREAS regional
302 médio e baixo Jequitinhonha, no município de Almenara. A inauguração será no dia 06 de dezembro,
303 às 09h30min. Esse CREAS é da região do médio e baixo Jequitinhonha, mas ele vai ofertar o serviço
304 de proteção e atenção especializada as famílias e indivíduos dos municípios: Bandeira, Mato Verde,
305 Palmópolis, Rio do Prado e Rubim. Então ele garantirá cobertura de proteção especial a 34.914
306 cidadãos. A SEDESE participou de um workshop na AMM. A AMM se reuniu com os novos prefeitos.
307 Lá eu tive a oportunidade de solicitar aos novos prefeitos que eles respeitem a área da assistência
308 social, que eles invistam no SUAS. Eu tive a oportunidade de dizer a eles que o secretário municipal
309 de assistência social deve ter competência pra fazer interlocução com o judiciário; que deve
310 competência de ordenar as equipes formadas por profissionais de nível superior; que deve ter
311 competência pra fazer a interlocução com a rede de proteção do município dele; que é muito
312 importante que ele incentive o secretário municipal a participar do COGEMAS, de vim a reunião da
313 CIB; que é muito importante que ele respeite os Conselhos de Assistência Social, que são responsáveis
314 pela deliberação da política municipal. Foi rápido, mas eu acho que a gente conseguiu passar o
315 recado. Eu me comprometi com o COGEMAS de apresentar o material o COGEMAS fez. A Consolação
316 distribuiu ontem esse material fruto da comissão da câmara técnica da CIB, que mostra que os
317 prefeitos mineiros receberam no mês de agosto quase o mesmo tanto de recurso que o Fundo de
318 Participação de Municípios. Eu acho que é um posicionamento importante do COGEMAS. A outra
319 questão que eu queria informar é que nós nos organizamos... Eu acho que o Rodrigo vai dar esse
320 informe, não é Rodrigo? Da nossa participação no PPAG. Então esses são os informes da SEDESE. Eu
321 me coloco a disposição de todos. Obrigada. **MARIA:** Passando para o próximo ponto de informe...
322 VOZ AO FUNDO. Pois não. **ROSILENE:** Bom dia a todos. Simone, eu queria ver se tem alguma
323 perspectiva sobre o piso mineiro, como que está... Tem alguma coisa que pode falar pra gente?
324 **SIMONE:** Volta o informe aí, por favor. VOZ AO FUNDO. Nós pagamos o mês de maio e o mês de
325 junho. Empenhamos e liquidamos... Eu não sei se todos sabem o significado disso... Mas nós
326 reconhecemos a dívida. Nós estamos negociando dentro de governo o pagamento dessas parcelas.
327 **ROSILENE:** Desculpa. Eu passei despercebida. **SIMONE:** Não! Não tem problema não! **ROSILENE:**
328 Obrigada. **MARIA:** Quem vai fazer o informe sobre a Frente Mineira em Defesa do SUAS é o
329 conselheiro Volney. **VOLNEY:** Estava aqui que o Bruno. Tinha outros conselheiros presentes lá ontem.
330 Aí eu vou fazer os informes, caso os senhores queiram, os senhores complementam depois, está
331 bom? A Frente ontem se reuniu. Nós recebemos lá a assistente social do INSS da cidade de Nova Lima,
332 que foi a Fernanda Araújo. Então ela deu um panorama geral sobre a situação hoje do INSS pra gente
333 lá. Tudo muito confuso! Depois eu até queria pedir uma assistência social para complementar essa
334 informação que ela deu. Está tudo muito confuso dentro do INSS. Nós decidimos em fazer um
335 seminário, talvez em fevereiro ou março. Nós não definimos a data ainda. Nós achamos melhor para
336 o ano que vem em função dos novos gestores. Se a gente fizesse agora em dezembro, seria muito
337 complicado. E aí foi acatada essa sugestão. Nós vamos fazer a pauta pra fazer esse grande seminário
338 em fevereiro ou março. Definimos também que nós vamos ocupar a tenda da democracia, é aqui na
339 Praça Sete. Essa tenda está sendo mantida hoje pelo SINDIBEL – Sindicato dos Servidores Públicos de
340 Belo Horizonte. Então nós vamos ocupar durante três dias, durante duas ou três horas. O problema
341 de horário de almoço é porque é muito fluxo das pessoas, né? Então nós estamos pensando em fazer
342 um caminho para as pessoas percorrerem para chegarem até a tenda, aonde nós vamos apontar a
343 perda dos direitos. Então mesmo sendo durante duas horas, dá pra atingir um grande público que

344 transita aqui pela Praça Sete. Aprovamos também ontem dois manifestos, um com relação aos
345 atingidos pela barragem lá de Fundão, em Mariana. Só falta fazer as correções finais do texto.
346 Aprovamos também um texto em apoio às ocupações que estão acontecendo, tá? Eu iria inclusive
347 participar do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS no último final de semana representando a
348 Frente. Só que quando eu cheguei de Ponte Nova, eu tive um imprevisto de âmbito familiar, então
349 não pude ir para o Rio de Janeiro. Então eu não fui representando a Frente lá, tá? VOZ AO FUNDO. A
350 Frente tem um Fórum. Eu tive um caso de falecimento na família, então não foi possível eu fazer a
351 viagem. Então é isso. Eu queria que alguém complementasse, se caso alguém queria. **ROSILENE:** Foi
352 muito importante a fala da Fernanda. Ela trouxe... Na verdade, a gente que está no cotidiano sabe do
353 retrocesso da forma que ela coloca: troca de gestores, superintendentes com visão preconceituosa
354 do BPC e outros benefícios... Então assim, é um desmonte realmente da previdência. E aí também
355 recai sobre o serviço social. Ela falou da dificuldade que eles estão de se mobilizar a categoria dos
356 assistentes sociais para participar. Tem uma comissão nacional para discutir isso. Mas no Estado de
357 Minas Gerais eles estão com dificuldade. Então a gente precisa também pensar em uma forma de
358 fortalecer isso. Eu vou levar para o CREAS essa situação, pra gente pensar em alguma forma de
359 fortalecer esses profissionais, de dar apoio. Não é só para o serviço social, isso é para todos nós
360 cidadãos. Tem a questão lá da pensão de aposentadoria, né? Então assim, é lastimável o que está
361 acontecendo. É uma barbárie a forma que está sendo a perda do direito da sociedade. Tem mais
362 alguém que queira colocar? **PÁSCOA:** Então gente, a gente ficou lá até às 18 horas, não é Marta?
363 Saímos porque ia ter um evento lá. Mas foi muito bacana. Eu até comentei com a Raquel e com a
364 Soyla que foi muito bacana. A assistente social é muito competente. A gente que está na ponta, que
365 estamos sempre trabalhando com o INSS, a gente vê que tudo o que ela falou é verdade. Ela fez um
366 apanhado geral sobre todos os benefícios. Ela colocou o que pode acontecer. Não tem nada definido,
367 mas ela disse as perdas dos direitos, e que já estão acontecendo referente a questão da pensão por
368 morte. Então assim, foi muito bacana. Teve uma representante que chegou lá... Eu esqueci o nome
369 dela... VOZ AO FUNDO. Foi um representante do Sindicato de Sociólogo para compor a Frente com a
370 gente. Eu lamento só o esvaziamento, né? O pessoal não ficou. O pessoal da comissão tinha um
371 compromisso e não ficou. Mas valeu a pena ter ficado. **MARTA SILVA:** Foi muito interessante o que a
372 assistente social do INSS trouxe. É um instrumento que os movimentos estão atentando e que o
373 Fórum vai considerar, são as ações civis públicas que as organizações podem mover quando se
374 percebe violação e perdas de direito. Então a gente violar que é possível uma entidade, uma
375 organização, entrar com uma ação civil pública... Então o Fórum vai considerar isso. Depois a gente
376 discutiu o seminário que foi proposto, porque também é um instrumento que a população pode
377 entrar contra a perda de direito. Foi muito interessante ela trazer isso também com um instrumento.
378 **ROSILENE:** Antes de ontem, no final da tarde, saiu uma ação civil pública nacional. Eu não tinha tido
379 a oportunidade de saber como que é, mas é algo que vai contribuir a garantia de direito, pelo menos
380 pra gente buscar isso. Quando a Páscoa coloca o esvaziamento na questão da Frente, ontem nós
381 descemos: eu, Geise e Páscoa, nós estávamos fazendo uma reflexão desse horário para que os
382 conselheiros participassem. É um momento ímpar, muito importante. Mas, a gente sente que depois
383 de reuniões aqui, muita das vezes a gente saí, chega cansado por cinco ou seis horas de viagem... A
384 gente fica na reunião, depois ter que participar da reunião da Frente... Nós, representantes de
385 trabalhadores, temos a reunião do Fórum dos Trabalhadores do SUAS também. Então é complicado
386 a gente ficar lá! Às vezes a gente não da conta de acompanhar com propriedade! Não adianta estar
387 lá presente, precisa estar presente, participar e contribuir. Então a gente queria fazer uma reflexão,
388 de qual a importância dos conselheiros participarem. Como que a gente poderia fazer? De que forma
389 a gente poderia ter um momento em que a gente pudesse contribuir de fato? Era isso. **MARIA:**
390 Podemos passar pra frente? O questionamento que ela traz eu acho que não é uma coisa eu a gente
391 resolve aqui na plenária do CEAS, precisa ser discutido dentro da própria Frente para se tomar os
392 encaminhamentos. VOZ AO FUNDO. O próximo informe é com o conselheiro Rodrigo sobre o Bolsa

393 Família. **RODRIGO:**A reunião da comissão do Bolsa ocorreu no dia 25/10, lá na cidade administrativa.
394 Estávamos todos presentes: saúde, educação, eu como representante deste Conselho, e a
395 representação da SEDESE. Já começo falando com vocês que o nosso estado aqui é emergência!
396 Estado vermelho mesmo! Nós já estamos sofrendo... Não vou falar que é um desmonte, já é bloqueio,
397 cancelamento... Então já é fato! Além dos ataques de ministros do STF e outros mais se posicionando
398 contra o programa na mídia nacional, né? Eu também queria falar as ações desmedidas do MPF, aqui
399 já é uma fala de conselheiro, em relação ao “Raio x do Bolsa Família.” Quem quiser pesquisar no
400 google já está lá. Está inclusive elencando por ranking, por Estado, as suposições, irregularidades e
401 tudo mais o que vocês estão escutando por aí. Já está lá! Quem quiser olhar Minas Gerais, quais são
402 os municípios... Está tudo lá. A comissão já está sabendo e já está acompanhado. Uma preocupação
403 da comissão é o fortalecimento das ações do Bolsa Família em relação a saúde e educação, a proteção
404 do benefício do usuário das famílias nas pontas... Então estamos buscando estratégias de estar
405 acompanhando as questões da educação, da saúde... Então isso está sendo feito aqui, viu gente?
406 Nesse Estado por essa comissão. Essa comissão sabe do momento de transição política dos
407 municípios. A comissão está bem atenta com tudo o que está acontecendo. Foram apresentadas pela
408 parte da saúde as suas informações sobre o programa: cobertura vacinal, acompanhamento de
409 gestantes... Os grupos vulneráveis falaram sobre o acompanhamento das famílias indígenas,
410 quilombolas... Eles falaram da importância que é está lá na ponta, de não deixar que esses benefícios
411 sejam cerceados via bloqueio ou cancelamento. Então, o que eu tinha pra falar do programa não é
412 bom, mas a gente está atento. A gente está acompanhando. Em relação ao programa Bolsa Família é
413 isso, gente. Se alguém quiser me perguntar alguma coisa, está aberto para o debate. Eu não sei se
414 consigo responder tudo, mas está franqueada a palavra. **VOLNEY:** Rodrigo, a comissão não tirou
415 nenhum encaminhamento? A comissão só está atenta? E a mídia bombardeando o tempo inteiro!
416 Então eu acho interessante que a comissão tire algum encaminhamento de resposta a mídia, sabe?
417 É necessário que a comissão faça um encaminhamento. Enquanto vocês estão atentos, a coisa só está
418 disseminando aí pela mídia. **RODRIGO:** Em relação a mídia a gente não discutiu ainda. Vocês me
419 desculpem! É porque tem tantas informações que a gente está acompanhando. A reunião foi no dia
420 25 de outubro. Logo na semana seguinte, o MDSA soltou as informações sobre o bloqueio e o
421 cancelamento, inclusive por território: sudeste, sul... Agora, em relação às ações dentro do Estado de
422 Minas Gerais in loco, elas estão acontecendo sim, levando em consideração o momento de transição.
423 Estão faltando dois meses para virar o ano, né? Então essas ações têm sim. Agora, com relação à
424 mídia, por enquanto não, tá? Se tiver alguma solicitação desse pleno que eu possa estar levando para
425 a comissão... Estou sendo bem transparente aqui, existem críticas do MDSA. Vocês viram por esses
426 dias o nosso ministro se posicionando. E também do representante legislativo da União, do STF, se
427 posicionado contra também. Então eu não sei o que o governo pode ajudar a gente aí. Mas é isso o
428 que eu trago para vocês, um estranhamento e indignação por parte de nós lá da comissão. Então é
429 isso. Obrigado. **MARIA:** Ontem lá na UTRAMIG nós estávamos conversando: eu, Rodrigo, Volney...
430 Tinha mais alguém... A gente estava falando dessa situação do Bolsa Família. Atualmente existe um
431 bombardeio de informações da questão que tem muita irregularidade no programa. Essa tentativa que
432 está se colocando ela fica muito parecida, pra quem assiste televisão direto, de que isso é culpa do
433 governo anterior, que estava fazendo “maracutaia”. Vocês já observaram isso? É muito nessa linha.
434 Nós precisamos ter muito cuidado quando a gente entra no debate, especialmente o Bolsa Família,
435 porque é preciso compreender bem de perto o Bolsa Família. Veja que ele é um programa longo. As
436 pessoas que entram hoje amanhã podem estar em uma situação diferente. O controle das famílias
437 se dá muita das vezes pelo gestor local. E aí eu de um exemplo de mim. Há quatro anos atrás eu
438 acessava o PRONAF B. Se vocês não conhecem, é a linha mínima do PRONAF para quem tem renda
439 muito baixa. Hoje o teto máximo dessa linha de crédito é R\$ 7 mil. Só que dentro desses quatro anos
440 pra cá, eu mudei a minha DAP automático. Eu sai da linha baixa do PRONAF B e fui para a linha mais
441 alta com mais elemento. Então em vez de eu acessar R\$ 7 mil, eu acessei R\$ 100 mil. Se eu estivesse

442 cadastrada no Bolsa Família, o quê que iria acontecer? Se o gestor local no observasse isso por
443 cruzamento de dados, eu poderia, por exemplo, receber o Bolsa Família por uns dez, vinte anos. Foi
444 irregular? Não! Foram os meios que eu tive de articular a minha melhoria de renda. É irregular? Não!
445 Então nós precisamos ter o controle desse debate. Existem muitos debates nacional hoje de que tem
446 que cortar o recurso do Bolsa Família, porque tem está pegando é irregular. Isso é só uma reflexão,
447 pra gente perceber que nós precisamos estar com muita clareza de como é que são dão os processos,
448 pra gente não ir contra nós mesmos. O programa não é irregular! Acontece que os gestores precisam
449 acompanhar mais de perto e fazer o debate do controle social mais permanente. Isso é só pra ajudar
450 o Rodrigo aqui no debate. VOZ AO FUNDO. **MAÍRA:** Bom dia a todos (as). A Maria recupera um plano
451 de fundo que tem relação com essa questão do Bolsa Família. Na nossa história a gente sempre teve
452 esse processo da sociedade, da mídia, de algumas instâncias da própria justiça, batendo no programa
453 Bolsa Família, por um fundo de concepção inclusive, né? Então eu acho que essa disputa a gente tem
454 que fazer é no nosso cotidiano. Eu acho que a gente poderia discutir enquanto Conselho quais as
455 estratégias que nós criaríamos pra fazer essa discussão, mas também, de alertar os Conselhos
456 Municipais sobre essa discussão. Tem um rebatimento muito intenso nos municípios. O COGEMAS
457 fez os estudos dos impactos em relação a PEC e ao programa Bolsa Família, impactos não só na
458 questão dos direitos, mas também, para o desenvolvimento local. Então eu acho que essa é uma
459 discussão que ela é um pouco maior. A gente talvez tenha que gastar um tempo nesse Conselho para
460 discutir essas estratégias em relação aos CMAS. Em relação à comissão do Bolsa Família, a gente tem
461 discutido algumas estratégias. O MDSA liberou recentemente as informações. Então no momento da
462 realização da reunião, a gente não tinha ainda as informações exatas de qual era esse impacto. E não
463 só em relação ao Bolsa Família, mas em relação a manutenção dos próprios CRAS nos municípios. A
464 gente vai ter que desenvolver uma estratégia no início do ano. Eu acho que o Conselho deve discutir
465 com os Conselhos Municipais e a gente com novos gestores de assistência. A gente já está vendo que
466 no final deste ano estamos tendo refluxos também. Então a gente tem discutido, não só essas
467 estratégias para o Bolsa, mas em relação ao serviço. A gente vai ter que pensar de forma muito
468 articulada como que nós vamos fazer isso no início do ano. **MARIA:** O próximo informe que a gente
469 tem é sobre a audiência pública... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu só queria informar que ontem a
470 gestora federal fez um pronunciamento fantástico com relação à atitude tomada pelo MP em acordo
471 com o Ministério de Desenvolvimento Social... Agrário eu me recuso! Eu acho que devia passar para
472 todo mundo, para todos os conselheiros. Isso circulou ontem bastante, mas a gente precisa circular
473 mais. Lembrando que a secretária Letícia é concursada pelo governo federal, é gestora federal. Ela
474 teve uma atitude muito importante, muito corajosa. O que a gente tem visto dos gestores federais é
475 o contrário, né? Ela foi muito corajosa. Então eu acho que a gente devia circular, viu Rodrigo? Ela traz
476 pontos que merecem que a gente faça uma reflexão. Eu concordo plenamente com a questão em
477 relação aos benefícios. O benefício é um negócio muito complexo da gestão para o Conselho
478 Municipal e para o próprio gestor federal no corte dele. Na hora que corta ninguém fica sabendo.
479 Esse que é o problema. Não é igual deixar de passar o dinheiro para os municípios, aí o COGEMAS se
480 organiza... A própria família custa a se dar conta de que ela perdeu o benefício. E muita das vezes
481 nem o próprio município saber dizer a ela o motivo, né? Os municípios ficam desmobilizados. PARTE
482 **2LÚCIA:** Eu acho que esse movimento que o COGEMAS fez de fazer essa denúncia de deixar claro aos
483 prefeitos o que significa, qual é o impacto da supressão dos recursos do Bolsa, do BPC na economia
484 dos municípios, isso é muito importante. Agora, falta uma outra fala que eu acredito que a gente
485 pode incluir nesse processo de trabalho com os Conselhos, é que a fila pelo benefícios eventuais que
486 são da competência do prefeito, é ele que vai ter que se virar pra pagar. É ele que tem que se virar
487 para atender o pessoal na fila do CRAS. Isso tem que ser igual marca de ferro, o prefeito tem que
488 entender isso, que eles são uma força política importantíssima nesse processo de mobilização. Não
489 vai ser por ideologia, não vai ser por achar que é garantia de direito, porque eles não vão dar conta.
490 Não vão dar conta! Por que do jeito que está hoje o repasse do governo federal, quantos municípios

491 já fecharam a porta de CRAS? Não são poucos! Aonde que o usuário vai bater? Vai ser na porta da
492 prefeitura em município pequeno. Então nós temos que pensar em uma estratégia de como é que
493 nós vamos aterrorizar os prefeitos de que vai cortar. Vai cortar e vai cair no colo dele. Então o governo
494 federal está saindo da conversa. E mais uma vez, o município vai pagar a conta política. É isso o que
495 o prefeito precisa entender. **MARIA:** Ok Lúcia. O próximo ponto é a audiência pública do PPAG,
496 que vai ser com o companheiro Rodrigo. **RODRIGO:** No dia 08 de novembro de 2016 nós nos reunimos
497 aqui na plenária do 7º andar. Então estavam aqui presentes em respeito: a nossa Simone, a Silvana
498 Célia, a Sandra Regina, a Cristiane Felipe, eu Rodrigo, o William Santos, a Isabela Teixeira; Da
499 secretaria executiva estavam: a Adelmira, a Consolação, o Leonardo, a Nilce; Da representação do
500 Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS: o Volney; Representante do Fórum de Entidades: o
501 Márcio Caldeira; O conselheiro William também representou o CMAS/ Belo Horizonte e as URCMAS
502 metropolitanas; Representação do COGEMAS: Kátia Sales, lá de Sabará; Representação do MP: Isabel
503 de Castro; Representação do FENATIBREF: a estagiária Claudia Martins; Representação do mandato
504 do Dep. André Quintão: o Bruno Alves. Essa reunião foi preparando a organização para o PPAG. A
505 conselheira Isabela, que é coordenadora da comissão de orçamento do CEAS, apresentou um quadro
506 comparativo ao financiamento do FEAS aprovado pelo CEAS. Ela também apresentou cinco propostas
507 de emendas ao orçamento. A primeira proposta: implantação de um programa para fortalecimento
508 da rede privada do SUAS; Estruturação da rede privada e pública; A segunda proposta: realização da
509 12ª conferência estadual de assistência social; Apoio ao controle social e a gestão compartilhada do
510 SUAS; Manutenção do CEAS e conferências de assistência social; A terceira proposta: ampliação da
511 meta de implantação dos serviços regionalizados de proteção social e especial; Oferta de proteção
512 socioassistencial; Implantação e manutenção dos serviços regionais de média e alta complexidade; A
513 quarta proposta: ampliação do cofinanciamento estadual para referências técnicas de proteção social
514 e especial para os municípios de pequeno porte. No caso aqui, é o piso mineiro de assistência social
515 variável; A quinta proposta: ampliação dos recursos financeiros para os serviços de medidas
516 socioeducativas de meio aberto em Minas Gerais. É o rompimento da trajetória infracional dos
517 adolescentes no Estado. As propostas foram aprovadas, com a solicitação de inclusão de dados
518 quantitativos para qualificar mais a justificativa. Ainda, caso houvesse a necessidade de priorização,
519 três propostas foram escolhidas na seguinte ordem: a primeira, a quinta e a quarta. Foi agendada
520 uma reunião com o Dep. André Quintão para apresentar as proposta e ter a orientação dele sobre
521 como encaminhar e se todas poderiam ser apresentadas. As propostas com os acréscimos solicitadas
522 também estão anexadas. A síntese da reunião do o Dep. André Quintão: a dificuldade para apresentar
523 todas as cinco propostas, considerando que deves em torno de R\$ 3 milhões o limite para as emendas
524 para todas as áreas. Muitos deputados acreditam que a assistência social não precisa de mais
525 recursos, pois nos últimos anos, conseguiu um crescimento no orçamento; Sobre a conferência: é
526 possível buscar parcerias, então não deveria entrar na disputa. Não a motivo para adesão as emendas
527 para defesa das propostas; Colocar que com a PEC 241 as áreas que não possuem recursos vinculados
528 perderam mais que os recursos federais, diminuíram; A gestão precisa defender o que é prioritário
529 de acordo com as propostas. Os técnicos da ALMG levam isso em consideração na análise; Em
530 primeiro lugar: a proposta relativa a rede privada para desenvolvimento do projeto de apoio. As
531 entidades precisam ser orientadas em relação à isenção de taxas que contribuam para manutenção,
532 independente de recebimento de recursos. O valor solicitado deve ser revisto de R\$ 6 milhões para
533 os outros dois anos; Em segundo lugar: o meio aberto ressaltar a mudança de secretaria, de estrutura,
534 de salto de qualidade, que repercute na vaga de internação. Então aqui está saindo da SEDS e indo
535 para SEDESE; Em terceiro lugar: as referências técnicas identificadas pelos assessores da comissão de
536 participação para dialogar e defender as propostas. Deveriam ser analisadas no grupo a apresentação
537 das três propostas ou não. Quanto ao mais alto recurso, menor a possibilidade de ser atendido. Após
538 a publicação das emendas, o CEAS deve agendar reunião com a Dep. Marília Campos, para tratar das
539 prioridades para a assistência social. Em relação à rede privada: a SEDESE deve apresentar

540 diagnósticos das entidades de Minas Gerais que necessitam do recurso; Agendar reunião com os
541 deputados para discutir sobre as emendas parlamentares fora do FEAS; Necessária ação de suporte
542 técnico para as entidades; Mutirão por território para atendê-las e orientá-las em relação a sua
543 organização e possibilidade de benefícios já existentes; Levantar que tem um Estado que pode apoiar
544 as entidades. Já no dia 10 de novembro, na ALMG, conseguimos no grupo de trabalho encaminhar as
545 três propostas prioritárias e a entrega oficial a Dep. Marília Campos. Quem entregou foi o relator do
546 grupo, no caso foi eu Rodrigo. No dia 11 de novembro houve a audiência. A gente compôs um
547 calendário para revisão do PPAG na comissão de participação popular. Antes de concluir, eu queria
548 falar que... Eu já falei neste Conselho, mas eu queria reforçar o perfil agregador da equipe, viu
549 Simone? O Estado estava lá com o melhor! A Simone, a Maíra, a Isabela... Tinha o pessoal da
550 assessoria jurídica... Defendendo a política pública, defendendo essas propostas conosco, né? Então
551 essa presença de você foi muito importante, levando em consideração que a gente tem aqui
552 deliberações de conferências e mudanças de estruturas importantes com os nossos usuários. Eu
553 queria falar da importância da secretaria executiva que acompanhou a gente no início, meio e fim.
554 Então na véspera de feriado, na sexta-feira, às 21h30min a gente estava lá ainda, não é Consolação?
555 E até sendo defendido pelo Dep. André Quintão, corrigindo a gente, porque a gente tinha vários
556 dados. Ele corrigiu assim: “não é isso! Não é esse tanto de entidade!” Na verdade a gente tinha duas
557 caracterizações na defesa de entidade de acolhimento e entidades de convivência e fortalecimento
558 de vínculos. Então foi muito legal. A Marília recebeu essas propostas. A gente deu uma cutucada nela
559 lá, na oportunidade de estar buscando uma aproximação dela em relação as nossas propostas, né? E
560 por fim, eu queria trazer um encaminhamento, se possível, se o pleno achar interessante: se a gente
561 pode encher a caixa de e-mails desses deputados da comissão de participação popular em relação de
562 priorizar a nossa proposta. O que aconteceu foi até divulgada na TV Assembléia. Muitas áreas tinham
563 propostas interessantes, mas também muitas áreas lá defendiam a história do concurso público
564 assim: legítima! Legítima! Mas assim, como está todo mundo defendendo, então é mais do que justo
565 a gente colocar o nosso pessoal também pra remeter o que é a importância da nossa política pública
566 e o que nós estamos pensando. Então é isso gente, obrigado. **MARIA:** Tem a Simone, tem a Sandra e
567 a Isabela. **SIMONE:** Primeiro eu quero dizer que somos nós da SEDESE que temos que agradecer ao
568 Conselho. É o contrário, viu Rodrigo? Pelo apoio e pelo comportamento. Eu acho que quando a gente decide
569 junto, a gente também luta junto. Isso é muito importante. Mas também tiveram outros atores lá que
570 foram muito importantes: O Fórum das Entidades, a Frente em Defesa do SUAS, o COGEMAS. A
571 secretária Kátia falou pelo COGEMAS lá e teve um posicionamento bem importante. Também tiveram
572 participação o Fórum dos Trabalhadores. Então a nossa proposta tinha tanto consenso que os
573 técnicos da ALMG ficaram apavorados! Eles criaram uma metodologia pra criar consenso no grupo,
574 mas ninguém brigou! Não foi isso! Todo mundo defendeu as propostas que nós combinamos. As
575 entidades só têm condições de receber recurso de investimento se for através de emenda. Não tem
576 outra forma de as entidades acessarem o recurso de investimento se não for através de emenda de
577 parlamentar. Ou seja, elas têm que conhecer um parlamentar também. E além de só acessar recurso
578 de investimento através de emenda, só pode acessar de dois em dois anos, porque em período
579 eleitoral não pode passar recurso para as entidades. Então se a gente não lançar o programa no ano
580 que vem as entidades só poderão receber recursos daqui a dois anos, se conhecerem deputados. Eu
581 acho que a gente tem que defender todas as nossas três propostas, mas pelo menos o programa das
582 entidades é aquilo que a gente insistiu lá. Se a gente não tiver orçamento no ano que vem, acabou.
583 Então eu acho que esse é um argumento forte. Ontem eu sugeri para a Cristiane que o Fórum das
584 Entidades deve procurar as entidades da região metropolitana, porque é importante, né? E a gente
585 mandar não só para a comissão de participação popular, mas como lembrou a Maíra aqui, para a
586 comissão de orçamento e fiscalização. Essa comissão também uma comissão que tem que aprovar o
587 orçamento. **MARIA:** Sandra. VOZ AO FUNDO. Isabela e Cristiane. VOZ AO FUNDO. Cristiane. **CRISTIANE:**
588 Ontem a partir do que a gente percebeu lá, nós vamos ter que fazer essa defesa do programa das

589 entidades para uma deputada que foi prefeita em Contagem. Eu entendo que seria muito
590 interessante a gente, enquanto representantes de entidades, realmente chamasse essas entidades,
591 principalmente do município de Contagem. E aí eu vou pedir um levantamento lá, porque nós já
592 assessoramos muitas instituições lá como SERPAT, uma instituição que está dentro de uma das
593 maiores empresas hoje de Contagem, que é VILMA. Então eu acho que seria interessante a gente
594 chamá-los. Podemos chamar também o Novo Céu, que tem um trabalho muito importante no
595 acolhimento da pessoa com deficiência. Temos que chamar essas entidades que estão dentro do
596 município, porque são instituições e entidades de conhecimento da Marília, né? Que passou como
597 prefeita lá. Então eu acho que, como representantes, poderíamos sentar. Eu não sei se seríamos só
598 nós, mas poderia ser puxado por nós. Vamos ver a organização disso e propor para o Fórum das
599 Entidades junto com a PUC. Eu vou pedir a assessoria para fazer esse levantamento de quem são
600 essas instituições. A gente tem muitas lá que foram atendidas, mas nós vamos buscar outras fontes,
601 como o próprio CMAS de lá mesmo. Eu acho que é outra frente que a gente tem que trazer para
602 perto. Então é isso. Entendo eu que Betim também seria muito estratégico, pela força de Betim. Tem
603 instituições muito fortes em Betim, onde o município gira em torno delas. Tem uma instituição muito
604 potente, que eu acho que poderia ser chamada pra essa discussão. Então é isso. **MARIA:** Ok.
605 Lembrando que agora nós temos a Sandra que vai passar o informe dela. A sugestão da Simone é que
606 a gente faça o debate da plenária de dezembro a tarde, já que a tarde a gente só tem as comissões.
607 Pode ser? Então, agora é a Sandra. Em seguida, nós vamos para o almoço. **SIMONE:** Só um minuto,
608 Sandra. Então ficou aprovado aqui o que? O Conselho vai convocar as entidades? Ou é o Fórum que
609 vai convocar? **CONSOLAÇÃO:** Eu entendi que a gente vai fazer esse texto e nós vamos encaminhar
610 para os conselheiros. Nós vamos fazer o levantamento das entidades. Eu até pensei no CMAS e as
611 entidades inscritas no Conselho de Contagem. E aí a gente encaminharia esse texto que tem que ser
612 produzido para todo mundo, para todos os conselheiros também. E pra gente fazer uma
613 movimentação com os deputados da comissão de participação popular e da comissão de orçamento
614 e fiscalização. Não é isso? **VOZ AO FUNDO.** Incluir Betim? **MARIA:** A Sandra tinha pedido destaque
615 neste ponto, mas ela deixou pra fazer junto o informe dela. **SANDRA:** O meu informe é a respeito do
616 Fórum da minha representação, do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A partir
617 das falas eu faço duas considerações: essa questão da visibilidade ou invisibilidade da assistência
618 social quando foi chamada a atenção aqui. Quem participou do Capacita SUAS escutou várias falas de
619 que, nem 10% dos candidatos as eleições citava a assistência social nas suas plataformas, nas suas
620 promessas, nas suas coisas. E aí eu falava: “se nem cita, é porque ela é invisível e não é interessante
621 pra ninguém.” Eu não estou falando aqui de partido A, B ou C. Mas não eram citadas. Quando ela fica
622 visível, e o programa Bolsa Família foi o programa que deu muita visibilidade, ela é colocada como
623 forma negativa, como agora está fazendo. Quando fala assim: “o programa é do governo...” A gente
624 tem que começar a falar lá no município, no “tete a tete”: “mas qual governo?” Porque é o município,
625 é a prefeitura que faz o controle e o cadastro. Então é de qual governo? Quando fala que é do
626 governo, é negativamente a esse governo anterior, querendo descaracterizar o avanço no programa
627 de transferência de renda que é o Bolsa Família. Então a gente tem que ter essa consciência para
628 trabalhar no “tete a tete.” Acrescentando a fala do Rodrigo, que o nosso Dep. André Quintão falou
629 simplesmente que a maioria dos deputados não acham a assistência social como uma prioridade
630 dentro da nossa ALMG. Então a gente vai elencando uma coisa, elencando e elencando, e vamos nos
631 tornar invisíveis, como eramos. A gente se tornou visível e isso incomodou. Então a gente também
632 tem que ter essa fala no “tete a tete”, aonde a gente for aos municípios, do quê que eles estão
633 falando. Do Fórum Nacional eu achei importante falar brevemente, pela necessidade que nós temos
634 de socializar os lugares que a gente está representando, pela discussão que foi a avaliação do SINASE
635 e porque vai de encontro diretamente a essa discussão do PPAG que nós tivemos, para que Uma das
636 propostas que a gente considerou ficasse entre as três, que é o atendimento as medidas
637 socioeducativas em meio aberto. Então na sexta-feira foi uma reunião extraordinária e eu estava lá.

638 Eu fiquei lá quarta, quinta e sexta. Foi a avaliação do SINASE. Minas Gerais teve muita crítica, alto
639 crítica, e meia culpa. Representantes de vários segmentos: OAB, Direitos Humanos, MDS, os
640 conselheiros, fizeram uma avaliação bem precária que, está atrasada essa avaliação do SINASE. “O
641 sistema socioeducativo nacional do Brasil está doente e o meio fechado está no CTI.” Foi essa a fala.
642 A gente não sabe nem se ele vai sobreviver ou se vai passar por um reordenamento total. A ênfase
643 que tem que ser dada agora pra frente é nas medidas socioeducativas em meio aberto, né? E aí eu
644 peguei a nossa folhinha com as cinco propostas e falei lá que, como a gente já discutiu, Minas Gerais
645 está preocupada com a questão do orçamento e que discutimos as prioridades. Estava sendo
646 discutido lá na ALMG que essa audiência pública seria nesse sentido. Eu fiquei perguntando para o
647 Rodrigo qual foi o resultado. Vai ter uma chamada muito grande para que o Estado Brasileiro invista
648 nas medidas socioeducativas, no sentido talvez de estancar essa sangria que está dos meninos
649 internados por meses por ato infracional. Esse menino que morreu lá em Pernambuco teria sido a
650 primeira vez que ele tinha entrado em sistema de internação, e ele foi assassinado. O motivo foi um
651 furto, uma coisa que não era tão grave. Então ele foi assassinado. Tem um estudo, um diagnóstico,
652 onde os educadores do sistema de educação, mais de 70%, estão com adoecimento, mesmo. Eles
653 estão tirando licença, estão falando... Então, assim, o rebatimento está dando na saúde do
654 trabalhador, desse caos que está o sistema de internação. Estava falando mais desse que está no CTI.
655 E a gente estava falando que tem que qualificar. O debate lá todo era em torno disso, das medidas
656 socioeducativas em meio aberto. Jogamos também: “cadê as outras pastas? Esporte, cultura, saúde,
657 educação...” Essas políticas tem que estar juntas. Eu vou ver se eu consigo fazer um relatório mais
658 detalhado sobre essa questão da execução. Eu trouxe essa fala do SINASE porque é isso. O Volney
659 sempre fala: “o quê que discutiu? O quê que encaminhou?” Ele sempre está cutucando aqui a gente!
660 Eu acho interessante. Saiu uma comissão que vai avaliar o SINASE. Na próxima plenária vai está
661 fazendo todo esse agendamento. Nós conseguimos ter um representante do Fórum Nacional dos
662 Direitos da Criança e do Adolescente, no qual eu estou representando lá no CONANDA. A OAB vem
663 apoiando o Fórum Nacional da Criança e do Adolescente vai participar dessa comissão com vários
664 olhares, pra gente vê o quê que pode se qualificar. Foi falado também que com a demora dessa
665 avaliação a gente sendo engolido por várias pautas. Isso já era pra ter sido feito em 2014. Então temos
666 que ser vigilantes, no sentido de não deixar às avaliações, os reordenamentos, as reformas... Isso tem
667 que ser feito. Vários Estados falaram de uma proposta política pedagógica que está sendo substituída
668 dentro do Centro de Formação pelo sistema de repressão. Tem que se trabalhar o significado de
669 segurança, de que os adolescentes é que são os criminosos e os bandidos do Brasil. Isso não é
670 verdade. Dentro lá dos atos infracionais, 70% apenas é furto, roubo e tráfico de drogas. E apenas 10%
671 é alguma coisa de um ato mais grave de atentado a vida. Então a gente tem que apropriar desses
672 conhecimentos para poder desconstruir a fala, não é aqui não, é lá na nossa família, na comunidade e
673 na entidade que a gente está. A gente escuta entidades de defesa defendendo a redução da maior
674 idade penal e indo contra muitas medidas, assim penalizando as nossas crianças e jovens. Então é
675 isso. Os Conselhos já sentaram, já pensaram nas possibilidades. A medida socioeducativa em meio
676 aberto já está na janela. A gente não pode deixar de ter esse recurso. Não adiante pensar em
677 qualificar, em aprimorar, se não tem recurso. Então é por isso que eu trago brevemente muita coisa
678 do que foi falada. Quando se torna visível, pode falar no sentido negativo. E, quando fica invisível,
679 ninguém fala. Os deputados não falam e os candidatos não falam. E assim, daqui a pouco a gente vai
680 cair nessa invisibilidade, voltando o que era antes. Quando eu vejo a nossa representante do CRESS
681 falando da mudança de horário, a gente está em várias Frentes, em vários momentos, porque o
682 desmonte está geral. Tem muita coisa pra gente contar, mas não dar pra ficar socializando aqui tudo.
683 O ministro da justiça está muito interessado de saber das medidas de internação, com essa questão
684 prioritária da repressão. A verdade é essa. Então a gente tem ficar atentos! É desmonte pra lá, é
685 desmonte pra cá... A gente tem que buscar mais gente para estar no nosso movimento. Parece que
686 o pessoal está anestesiado dentro das entidades. A gente tem que fazer ressoar isso o que está

687 acontecendo dentro das entidades, dentro dos movimentos e na nossa comunidade, porque senão a
688 coisa vai se aprofundando em sentido negativo. Toda política social é rica, ela é cara. Mas, quando se
689 falade criança e de adolescente, a gente sabe o que a gente está falando. É isso. **MARIA:** Nós temos
690 a Simone e a Lúcia. Vamos ouvir as duas pra gente ir para o almoço. **SIMONE:**É muita coisa. Eu peço
691 desculpas. Eu não tive nem tempo direito de monitorar os informes da SEDESE. Sandra, a nossa
692 secretária Rosilene recebeu da presidente do CEDCA e do MP, pelo Dr. Márcio Rogério, uma
693 solicitação nos pedindo que não nos esquecêssemos do Plano Decenal Socioeducativo e que
694 colocássemos como prioridade no nosso orçamento. A gente já tinha combinado de chamar o MP.
695 Ele também acompanhou a nossa discussão aqui. Ele acompanhou lá na ALMG também. A gente
696 esqueceu de informar isso aqui. Eu liguei para Dra. Paola e disse a ela o debate que a gente fez no
697 Conselho, e que as medidas de meio aberto elas estavam sendo priorizadas e inclusas no Plano
698 Decenal Socioeducativo no Estado de Minas Gerais. Eu vou pedir a conselheira Isabela passar para os
699 conselheiros a apresentação que eu fiz na ALMG. Na apresentação que eu fiz, dá os passos que o
700 Estado está tomando para poder assumir a sua responsabilidade agora de integrar o sistema estadual
701 socioeducativo. Então estamos tomando os passos. A gente se esqueceu de colocar nos informes a
702 reforma administrativa, né? Os conselheiros não tem conhecimento da reforma administrativa. Nós
703 fizemos a reforma administrativa. A reforma administrativa ela traz coisas muito importantes como
704 direção da assistência social no Estado, uma delas é a superintendência de proteção especial. Dentro
705 dessa superintendência, vão ter duas diretorias muito importantes. Eu diria que são inovadoras, sem
706 falsa modéstia. Uma diretoria será especifica para ao meio aberto e outra diretoria só para a relação
707 com o sistema de justiça. Então, nós vamos profissionalizar essa área. Eu tenho certeza que a
708 comissão de política discutiu uma resolução que nós pactuamos na CIB, é uma resolução que institui
709 as comissões regionais. A gente vai inovar aqui, mas isso a gente discute depois. Ela vai criar uma
710 instância institucional de diálogo também com o sistema de justiça em todas as regiões de Minas
711 Gerais. Então eu acho que também é importante. Todas essas ações, tudo o que a gente está
712 discutindo aqui, é a implementação do Plano Estadual de Regionalização e deliberação da nossa
713 conferência. Como já está chegando a conferência, é bom também a gente ir preparando para dar
714 respostas, né? Eu tenho certeza que nós vamos dar muitas respostas até a nossa conferência
715 estadual. Conferência com resposta anima a gente demais, não é Cristiane? A gente fica mais animado
716 ainda pra fazer mais conferência. Eu quero pedir para a Isabela, para a Consolação, para encaminhar
717 para os conselheiros. Quando a gente vai para o PPAG, a gente presta contas do quê que foi
718 planejado, o que a gente já executou e o quê que está planejado para a execução do ano que vem.
719 Obrigada. **LÚCIA:** Sandra, nós conversamos muito rapidamente no início da manhã. Talvez alguns
720 conselheiros aqui não saibam, mas eu respondi no ano de 2009/2010 pela coordenação nacional do
721 SINASE. Neste período, foram tomadas decisões e foram desenvolvidas ações importantíssima a nível
722 do Brasil. Algumas das pessoas, ou a maioria das pessoas que participaram desse processo de
723 construção, não estão nem no MDS e nem no CONANDA. Então eu queria em colocar a sua disposição,
724 por estar lá representando os trabalhadores, pra tentar te repassar algumas informações, alguns
725 nomes importantes nesse processo de construção, tanto no campo do judiciário, quanto no campo
726 técnico. Eu acho que nós enfrentamos naquela época uma realidade que se mantém em relação ao
727 meio fechado, né? Eu não sei se ainda está em curso, mas nós sustentamos o Fórum Nacional dos
728 Juízes que atua na área infracional. Isso foi um trabalho inovador da Carmen Oliveira, que criou esse
729 Fórum. Esse Fórum foi muito trabalhoso, porque reunir juiz do Brasil inteiro e colocar esse povo pra
730 discutir... Mas foi muito, muito interessante. Teve uma ação no CNJ em relação aos Centros de
731 Internação importantíssimo, mas depois parou. Eu acho que o CONANDA pode até querer ignorar,
732 mas eu acho que quem tem compromisso com a assistência não pode permitir que isso seja ignorado.
733 Então não da pra fazer simplesmente uma avaliação do SINASE e dizer: “toma aqui os bonzinhos e os
734 mauzinhos.” Isso não existe. O que a gente ouve hoje de Pernambuco já existia em 2009, já existia
735 em 2010. O que eu mais fiz foi visitar Centro de Internação, sempre voltando aborrecida pra casa.

736 Isso já era! A gente tem que atribuir ao CONANDA o que é de responsabilidade dele. Nunca houve
737 uma luta real por financiamento para o meio fechado, isso é responsabilidade do Estado, que nunca
738 investiu o suficiente. Vamos resgatar um pedaço dessa história! Eu me coloco a sua disposição pra
739 isso naquilo que eu puder articular. Tem pessoas importantes como o Francisco Brito, que foi
740 conselheiro do CONANDA, mas hoje está fora. Ele não pactuou com a nova gestão do MDS, então ele
741 está fora. Ele participou inclusive conosco dessa construção quando nós discutimos no Brasil inteiro
742 as medias em meio aberto. Foi no Brasil inteiro! Nós chamamos todos os municípios! Foi um trabalho
743 imenso. E o Dr. Márcio Rogério, que está aqui em Belo Horizonte, com que eu já havia trabalhado
744 aqui no município, foi o nosso parceiro nessa discussão em todos os Seminários Regionais. O Dr.
745 Márcio foi uma pessoa extremamente solidária e atuante. Nós podemos também pegar o juiz de São
746 Caetano, que eu imagino que ainda permaneça no campo, para reconstruir essa história e criar uma
747 resistência lá no CONANDA, porque senão vai ser terra arrasada, considerando que hoje vocês estão
748 ligados ao Ministério da Justiça, que tem um ministro identificado como PCC, tá? Essa parte corta da
749 gravação depois. **SANDRA:** Eu agradeço você estar se disponibilizando. Eu não sei se serei eu pelo
750 Fórum Nacional, somos quatro integrantes lá da coordenação. Então não sei se serei indicada. O
751 Fórum Nacional com certeza vai precisar de muito apoio e de conhecimentos desse histórico. Então
752 precisamos também nos qualificar tanto no conhecimento, na trajetória, na história, pra gente poder
753 também apontar o que já tinha falado para avançar e não avançou. Eu gostaria de falar de dois
754 momentos de muito de emoção. Um momento é quando Pernambuco inicia a plenária citando os
755 quarenta nomes completos dos adolescentes mortos no Centro de Internação entre 2013 e 2015. E
756 aí nos deu aquela baixa, aquele desanimo na gente. O outro momento foi no final, quando fomos
757 contemplados a presença dos três adolescentes que começaram com o movimento de ocupação nas
758 escolas do Paraná. Então nós levantamos, teve lágrima, teve choro... Teve gente lembrando que era
759 do tempo da ditadura. Eu fiquei com vontade de cantar uma canção “que eu quero voltar aos velhos
760 tempos de mim, vestir o meu caso marrom...” Os conselheiros da sociedade civil estavam chorando,
761 os do governo caladinhos, só observando e anotando. Mas a gente estava lá fazendo as nossas coisas.
762 Quem fala mais, está sendo muito observado, eu sou uma, a Mirian é outra. Então, assim, foi um
763 momento de emoção. Os três jovens do Paraná foram lá relatando a experiência e tudo o que eles
764 estão sofrendo. Eles foram para a Câmara, mas não deixaram eles entrar. Eles estão sendo muito
765 perseguidos. Se fosse hoje, teríamos mais um que foi assassinado recentemente pelo pai por estar
766 participando dos movimentos. Maria, com pouco tempo que eu tive com você de convivência, foi
767 uma honra. A sua história de vida é uma honra. Isso que nos fortalece para a caminhada. Então eu
768 quero deixar esse relato aqui. Eu quero agradecer toda essa convivência com você. Tomara que a
769 gente conviva muito mais por essas caminhar por aí a fora, está bom? Obrigada. **MARIA:** Lembrando
770 que eu não vou sair do CEAS. VOZ AO FUNDO. Eu pensei em fazer isso! Mas eu consegui administrar.
771 É porque eu estou com o compromisso de dar apoio maior ao Conselho da Saúde. Eu sou conselheira
772 lá. Então, quando eu fui presidente, eu meio que fugi de lá. Mas agora, apenas como conselheira aqui,
773 eu consigo participar lá e dar um suporte maior. É a minha responsabilidade também, porque é uma
774 área minha na FETAEMG, entendeu? VOZ AO FUNDO. Oi? Eu gosto da minha área lá. Lá a assistência
775 é comigo, a saúde é comigo, a educação é comigo. Esse ano de 2017 promete muito. Nós conseguimos
776 efetivar no Estado três turmas de direito agrário, uma de agronomia e um técnico agropecuária.
777 Como é a minha área, eu também vou ter que dar suporte também no ano que vem. Então muitas
778 coisas estão por vim. Por isso que a gente não pode desanimar. Em meio os espinhos, tem uma
779 florzinha que aparece. RISOS. Os encaminhamentos você tinha pedido a palavra, você quer falar sobre
780 eles? VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** É porque a Consolidação colocou uma proposta de encaminhamento
781 de o CEAS chamar, né? **MARIA:** Sim. **CRISTIANE:** Eu acho que o CEAS pode fazer isso. Eu tinha
782 entendido que não seria o CEAS inicialmente ontem. Se puder ser o CEAS, eu acho que é fantástico.
783 Isso poderia ser articulado com o Fórum também, por aí dá uma força. Entendo também que as
784 entidades que estão presentes neste Conselho, poderiam assumir o compromisso de fazer uma cara

785 a cara com as entidades, sabe? Porque nós encontramos esses gestores o tempo todo. A Geisiane
786 está um pouco mais longe, mas o Rodrigo pela ASSPROM está em vários encontros, onde
787 encontramos esses gestores dessas entidades que estão lá em Contagem e em Betim. Eu acho que a
788 gente poderia fazer esse cara a cara, porque se torna mais um e-mail de mais uma reunião. Eu acho
789 que não pode ser mais um e-mail de mais um reunião, mas é o e-mail da reunião. **MARIA:**O CEAS vai
790 fazer essa articulação, mas não é uma responsabilidade somente do CEAS. É importante a gente ter
791 o compromisso de que vamos fazer junto, todo mundo vai estar juntos nesse processo. Fica
792 combinado assim? Então vamos para o almoço. VOZ AO FUNDO. Depois do almoço a gente canta,
793 pode ser? A gente volta às 13h40min. **PARTE 3 MARIA:** O empenho do Estado, dos municípios e assim
794 sucessivamente. A compreensão que a gente tem é que fazer a ampliada em dezembro, a gente
795 poderia trazer de certa forma o desconforto pra quem está vindo, essa coisa toda. Então a proposta
796 é a gente seguir com a plenária normal. Eu vou passar para Consolação, pra ela dizer como é que vai
797 acontecer em dezembro. E aí a gente segue a diante. **CONSOLAÇÃO:** Boa tarde gente. Em virtude o
798 que a Maria disse que foi analisada essa proposta da ampliada, até os conselheiros municipais se
799 manifestaram falando da dificuldade dos municípios em estarem presentes nessa reunião que seria
800 ampliada, então tem uma nova proposta. Considerando que a comissão de normas ontem reunida
801 falou da necessidade de ter uma reunião de comissão antes, inclusive para conversar sobre o
802 empreendimento, então ficaríamos com o retorno das reuniões das comissões na parte da tarde no
803 dia 15. No dia 16, na parte da manhã, a gente teria a plenária como ponto de pauta só as comissões
804 temáticas. E a tarde, a proposta de confraternização. Terminaria a plenária e sairíamos para a
805 confraternização do final do ano. Seria essa a proposta. Já está marcado dia 15 e 16, não é? Já está
806 marcado no calendário, todo mundo tem isso. Então, nós estamos só mantendo a comissão, que seria
807 essa discussão se íamos manter ou não. A proposta da plenária é invés de ser o dia inteiro, a gente
808 faria na parte da manhã. **SIMONE:** Bem, eu queria colocar algumas coisas. Eu penso que na plenária
809 do dia 16, de manhã, a gente podia fazer a entrega aqui do Plano Decenal. É um compromisso nosso
810 com o Conselho. A gente teria que ver como que seria isso, né? Se a gente entrega e apresenta... Não
811 sei. Vamos pensar em uma forma de a gente fazer isso. A outra questão é a gente pensar na
812 possibilidade de a gente convocar a conferência estadual. Eu acho que seria importante a gente
813 terminar o ano convocando a conferência estadual. E pra isso, tem que consultar o tema no nacional,
814 né? A conselheira Páscoa vai representar o CEAS na reunião ampliada do Conselho Nacional. Essa é
815 uma coisa importante, né? A gente começar inclusive pressionar para convocar a conferência
816 nacional, senão a gente convoca a conferência estadual e não tem convocação da conferência
817 nacional. Então é extremamente importante. Já está reservado o MINASCENTRO. É pra que dia? VOZ
818 AO FUNDO. Para outubro. Então a gente já tem o local. Então eu acho que seria importante a gente
819 convocar. Eu vou conversar com a nossa secretária, pra que ela possa vim ao Conselho e convocar a
820 conferência estadual. A outra coisa é que a SEDESE vai fazer a sua confraternização no dia 16 de
821 dezembro, à tarde. Então o convite está estendido ao Conselho Estadual pra gente confraternizar
822 juntos, né? Nós do Conselho e a SEDESE também. Eu quero deixar claro para os conselheiros que a
823 festa será por adesão, não tem condições pra gente bancar. Quem quiser aderir a festa, será muito
824 bem-vindo. VOZ AO FUNDO. Não! Não tem o valor da adesão ainda, não tem o lugar... Mas assim que
825 tivermos, nós avisaremos em tempo para o Conselho Estadual. Então essas são as questões que eu
826 queria colocar. **MARIA:** A ideia é que na nossa plenária de dezembro as comissões trarão para a
827 discussão aquilo que é essencial, arte porque é final de ano e em janeiro nós não vamos ter plenária.
828 Isso precisamos deliberar ainda, né? Mas a ideia é que em janeiro não tenha plenária. Em relação a
829 essa questão da plenária, todo mundo concorda gente? VOZ AO FUNDO. A Geise está me
830 perguntando aqui se é 15 ou 16. É os dois dias. Dia 15 as comissões e 16 a plenária. VOZ AO FUNDO.
831 Explica direitinho, Consolação. VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Gente, isso ai estar na súmula da
832 comissão de apoio. Mas na parte da manhã do dia 15, aquela apresentação aprovada pelo Conselho
833 na plenária passada em relação ao controle social já foi articulada junto as UAITECS, com SUBAS e

834 com a SEDESE. A gente conseguiu no dia 15 mesmo, na parte da manhã, que é quando a Páscoa vai
835 está falando sobre o controle social. Então é por isso que tem essa agenda na parte da manhã com a
836 Páscoa. A gente vai ter as comissões na parte da tarde. Na sexta-feira, pela manhã, a gente tem a
837 plenária ok? E depois a confraternização. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Se o Conselho quiser assistir, eu
838 acho que a gente poderia arrumar uma forma pra gente assistir a teleconferência. Lá na cidade
839 administrativa tem como a gente assistir. É no prédio Minas mesmo, Marta? Como é que é o endereço
840 lá? É no prédio Gerais. Tem que articular lá o local. VOZ AO FUNDO. Assistir ao vivo. Ver você ao vivo
841 e a cores mandando beijinho pra nós... Essas coisas. VOZ AO FUNDO. E aí as comissões a gente faria
842 lá, né? VOZ AO FUNDO. É ué! Só falta a gente não assistir a teleconferência do Conselho, não é gente?
843 VOZ AO FUNDO. Ah, mas isso a gente organiza! É só uma ideia, tá? **MARIA:** A ideia é a Consolação
844 passar a proposta. Mas o que está ficando aqui de orientação é que a gente teria a teleconferência
845 às 09h e depois as comissões, tudo na cidade administrativa. O outro dia vai ser aqui a plenária e
846 confraternização, correto? Fechado então gente? VOZ AO FUNDO. **CONSOLAÇÃO:** Repetindo. Nós
847 conversamos com os conselheiros e achamos difícil a participação dos Conselhos Municipais em uma
848 plenária ampliada, teríamos um esvaziamento. E da mesma forma que o Estado está fechando os
849 empenhos agora, muitos municípios estão fechando também o seu empenho. Então a questão da
850 mobilização ficaria prejudicada. A necessidade de fazer reunião de comissão partiu também da
851 própria comissão de normas, ela apresentou necessidades de discutir alguns assuntos. Então foi
852 voltado aqui pra plenária que faríamos as reuniões das comissões na quinta-feira, na parte da tarde,
853 do dia 15. Então na parte da manhã é a apresentação na UAITEC da Páscoa. À tarde seriam as
854 comissões. E aí se a gente for assistir a Páscoa, faríamos as comissões na cidade administrativa, pra
855 não ter deslocamento. E na sexta-feira, pela manhã, seria plenária até 12h, pra que depois a gente
856 possa fazer a nossa confraternização. É isso o que ficou. VOZ AO FUNDO. **MARIA:** Então ficou
857 encaminhado assim? E aí os detalhes a gente vai acertando. Vocês vão receber tudo por e-mail. Tudo
858 mundo está consenso e sabedor do que nós estamos informando agora, que em janeiro não haverá
859 plenária e nem comissões, está certo? Eu queria aproveitar... Vamos ouvir gente? Era até pra eu
860 ter feito isso de manhã, queria pedir desculpa. Eu quero dizer pra vocês que nós temos a Isabel, que
861 é o MP, aqui conosco desde manhã. A gente não tinha registrado ainda. De forma geral o MP é um
862 grande parceiro nosso. Nós não vamos discutir essa questão do PAS/Barragem, porque é sabedor
863 nosso que a gente de manhã tirou isso de pauta, não é? Então vamos passar para as comissões.
864 Comissão de orçamento e financiamento. VOZ AO FUNDO. **ISABELA:** Pontos completos, todos os
865 membros estiveram presentes na reunião... **RISOS.** Foi uma reunião conjunta com as três comissões,
866 deu tudo certo. **RISOS.** **APLAUSOS.** Eu vou começar a fazer o relato da comissão de orçamento. VOZ
867 AO FUNDO. A gente teve a presença realmente de todos os conselheiros que compõe a comissão de
868 orçamento ontem na reunião. A reunião aconteceu em conjunto comissão de política e com
869 representantes da comissão de normas. Ontem foi a pauta conjunta que já tinha sido definida
870 anteriormente, que era a discussão dos fluxos e parâmetros de monitoramento dos convênios de
871 execução direta que o Estado tem das Casas Lares. E aí a gente contou com a participação da Maria
872 do Carmo, que é da diretoria de proteção social e especial da SEDESE. Ela levou informações
873 solicitadas pelo Conselho por meio do ofício 244, que solicitava informações que a gente solicitou
874 aqui em plenária também a respeito do quantitativo das entidades, além dos dados apresentados
875 contendo as informações das entidades, os valores, a vigência dos convênios, os valores percapta, o
876 número de pessoas abrigadas nas Casas Lares e residências inclusivas, dentre outras. Foi reiterado o
877 compromisso do órgão gestor para o reordenamento da rede socioassistencial e a construção de
878 indicadores para avaliação dessas unidades de acolhimento. Foi informado que até janeiro existe a
879 expectativa de se avaliar as entidades com a utilização desses parâmetros. Então só pra declarar um
880 pouco pra quem não participou, a SEDESE contou um pouco sobre as visitas periódicas que são
881 realizadas nas Casas Lares. A Maria do Carmo falou quais pontos a SEDESE costuma analisar e
882 acompanhar nessas visitas. Ela contou quais são as entidades visitadas durante o ano de 2016 e que

883 o planejamento é de intensificar esse monitoramento para o ano de 2017. Também foram
884 esclarecidas um pouco as questões dos históricos. Essas questões são antigas mesmo. Então não
885 existe hoje um padrão único para o valor da percapta. Mas a intenção é que com a reformulação do
886 instrumento jurídico que vai ser firmado com as entidades vai ter que mudar no ano que vem, a idéia
887 é que ele mude já trazendo uma nova lógica para o financiamento, levando em consideração o grau
888 de dependência e também esses parâmetros de qualidade que estão sendo criados por meio do ID.
889 Então esse foi o ponto que a gente chegou lá. A partir daí que foram tirados os encaminhamentos.
890 Então para deliberação a gente trouxe a solicitação de dois pontos para a SEDESE. O primeiro; que
891 seja informado aqui o cronograma de visitas nas Casas Lares e residências inclusivas de execução
892 direta que vão ser realizadas em 2017, bem como informações qualitativas sobre essas visitas a longo
893 por meio do instrumental de prestação de contas. Lá no instrumental já tem um campo qualitativo.
894 A SEDESE tem informado as visitas realizadas, mas de formam muito pontual. Então a idéia é que essa
895 informação venha com maior aprofundamento para permitir um acompanhamento melhor pelo
896 Conselho. O outro ponto de solicitação: que seja feito o reordenamento do modelo de
897 cofinanciamento para as Casas Lares e residências inclusivas de execução direta, considerando o grau
898 de dependência e os parâmetros de qualidades que estão sendo definidos por meio do ID
899 Acolhimento. Então é isso basicamente. Se alguém que esteve lá na reunião quiser
900 complementar. **RODRIGO:** Eu escutei algumas coisas ontem lá muito legal quando a Simone tocou na
901 acreditação. Um dia quando eu fui da iniciativa privada, há 20 anos atrás, a gente tratava essas
902 ferramentas corporativas. A gente tinha que fazer a nivelção do atendimento da saúde aonde eu
903 trabalhava por nacional e internacional. A gente tinha uma tal de ONA internacional, sabe? A gente
904 tinha que responder em inglês. Quando eu vi a Simone falando isso ontem, eu fiquei tão feliz! É claro
905 que há 20 anos atrás eu era totalmente alienado, né? A iniciativa privada só pensa em lucro. Na área
906 de assistência social lá no caso era reduzir o espaço dos nossos trabalhadores e voltar com eles para
907 o meio de produção. Simone é muito contemporâneo isso o que você trouxe ontem, demonstra um
908 respeito, né? É claro que nós vamos ter que nos virar. Mas foi muito legal escutar isso ontem lá.
909 **VOLNEY:** Ontem pelo o que eu fiquei sabendo a comissão de política tinha convidado o presidente
910 do CONED pra falar, não é isso? E houve aquele ato... Não sei se foi deselegante, desagradável... Eu
911 não sei como que a gente pode nomear. Mas eu acho necessário que a gente repense quando a gente
912 for convidar alguém para vim a este Conselho, pra evitar episódios como o de ontem. Eu não sei o
913 quê que o Conselho pensa a esse respeito. Mas eu acho que nós precisamos repensar quando os
914 nossos convidados vierem até o Conselho. **MARTA SILVA:** Eu gostaria de esclarecer isso nessa
915 comissão, já eu que eu tenho a função de está coordenando a comissão de política. Volney, eu não
916 seria deselegante com o presidente de um Conselho Estadual, né? Nós o convidamos. Até a manhã
917 de ontem, a secretaria executiva ligou para confirmar se ele iria estar presente, ele não confirmou
918 presença. E aí quando a gente estava começando a ter um atraso na reunião das comissões, a gente
919 pediu pra inverter a pauta. Nós tentamos acelerar a discussão para que ele estivesse ali, fizemos
920 menção a ele, mas ele não pôde estar. Eu gostaria que isso ficasse registrado na ata deste Conselho.
921 Como eu estava nessa função, eu não gostaria que a Instituição CEAS tivesse alguma dificuldade com
922 o Conselho de Políticas Sobre Drogas, tá Volney? Mas foi uma dificuldade de horário dele de
923 permanecer com a gente. Nós tentamos que a discussão não se estendesse tanto sobre os benefícios
924 eventuais, tentamos dar uma agilidade nas discussões, mas infelizmente elas se estenderam para
925 além dos 40min que a gente tinha calculado, está bom? **CONSOLAÇÃO:** Ainda Marta, ontem no início
926 da tarde, recebemos a ligação do Conselho falando que eles não teriam condição de participar da
927 reunião. Mas aí quando ele chegou, eu falei isso tudo pra ele também. **ROSILENE:** É um apoio para a
928 coordenadora da comissão de política. Mas é isso mesmo. O que aconteceu foi isso. É só pra
929 referendar o que a Marta colocou. **SIMONE:** Rodrigo, eu acho que você compreendeu perfeitamente
930 o espírito da coisa. Ano passado o governo do Estado teve um debate com uma ONG do Rio de Janeiro
931 no “Brasil mais vinte”. No debate a gente estava discutindo uma parceria com o BID. E já no ano

932 passado, a gente estava discutindo o programa para as entidades. Nós apresentamos a realidade de
933 Minas, a segunda maior rede privada do Brasil, colocando os problemas das entidades. Nessa reunião
934 estava o Rômulo Paz. O Rômulo foi secretário executivo do MDS, hoje é presidente dessa ONG. O quê
935 que ele falou com a gente? A mesma coisa que você falou aí. Ele falou assim: “uai Simone! Porque
936 que a gente não discute o caminho que o SUS fez?” Ele falou da ONA. Ele deu o telefone da pessoa
937 que fez a proposta pra nós. Eu não lembro mais o nome dele. Não sei se é Marcelo... Não sei mais o
938 nome dele. Nós fizemos toda uma pesquisa sobre o modelo de acreditação, discutimos entre nós da
939 SEDESE e fazer exatamente isso o que você falou aí. Nós vimos como que foi no SUS e como que foi
940 importante para dar qualidade para a rede privada. Nós percebemos que era um modelo para a rede
941 privada lucrativa, exatamente isso aí. O quê que nós fizemos? Pegamos o que de bom o SUS fez e
942 estamos tentando adaptar. Então você entendeu perfeitamente. Nós estamos tentando fazer a
943 acreditação para a rede filantrópica. É isso mesmo o que você colocou. Eu acho que esses modelos,
944 e é até interessante, se a gente for trilhar no governo do Estado, o que tem de gente que diz que
945 ajuda as entidades... É impressionante isso! O SERVAS diz que ajuda, os deputados ajudam, a CEMIG
946 ajuda, a COPASA ajuda, a loteria ajuda... Só que ajuda naquele modelo, não é gente? Dá um
947 negocinho ali, dá u negocinho aqui... “Eu faço de conta que eu dou e vocês fazem de conta que vocês
948 atendem”, né? Porque o assunto é o mesmo, não mudou o assunto. É por isso que não dar pra cobrar
949 das entidades, viu Páscoa? Aquele assunto que a gente estava discutindo de manhã... “Ah, mas a
950 entidade não faz isso, não faz aquilo...” Vai fazer como? Fazer como, gente? Uai! A nossa área não
951 pode cobrar um tostão do usuário. Ela recebe uma ajudinha, mas ela vai fazer como? Não tem como.
952 Se cobrar não pode, porque está escrito na LOAS. Nós colocamos isso lá, né? Então você tem toda a
953 razão, é um pouco isso o que a gente está tentando mesmo, dar um formato de política pública
954 mesmo para a área da assistência social. Eu acho que esse debate vai ser muito bacana. Depois da
955 estratégia que nós tiramos aqui, nós vamos conseguir um dinheiro pra gente fazer essas coisas todas,
956 né? Experimentar juntos, nós SEDESE junto com vocês. Eu acho que vai ser muito bacana. É isso.
957 **MARIA:** Maíra primeiro, depois a Cris. E aí a gente segue. **MAÍRA:** É só pra completar rapidamente.
958 Rodrigo, quando a gente estudou a acreditação a gente percebeu que tinha uma lógica de mercado.
959 No programa que estamos fazendo a proposta é, ao invés de utilizar esse termo “acreditação”, a
960 gente está propondo “parâmetros da qualidade de atendimento”. É o que a gente conseguiu trazer
961 pro SUAS e dar essa cara para a qualidade do atendimento aonde a gente vai considerar um nível não
962 está suficiente, o quê que é suficiente, o quê que é superior, pra que a partir desses níveis e desse
963 parâmetro de qualidade de atendimento a gente consiga oferecer apoio as entidades e informe esses
964 parâmetros, definindo o que seria importante no atendimento. É como a Simone disse: as que têm
965 atendimento superior, ou seja, as que estão muito boas, elas também fariam parte do programa.
966 Mas, aquelas que estão numa condição, em uma qualidade de atendimento inferior, que a gente
967 consiga para que ela passe para o outro nível, pra depois chegar outro superior. Assim vamos
968 conseguir trabalhar com os níveis em relação às entidades. **CRISTIANE:** A Simone colocou uma
969 questão e eu queria entender como que seria mesmo o fluxo. Quando você diz: “o programa a gente
970 não vai apresentar porque o Conselho também tem fazer as suas deliberações.” Sabendo que o prazo
971 que nós temos para colocar esse programa pra funcionar é 2017, eu agora me preocupei. Se esse
972 programa ainda vem a ser deliberado, nós conseguiríamos colocar ele para rodar em 2017? E 2018
973 ele se manter funcionando mesmo sendo ano de eleições? Porque senão, eu acho que a gente já
974 deveria estar deliberando, não? **SIMONE:** É. Eu vou tentar explicar. Tudo o que é deliberado pelo
975 Conselho no ano anterior, se a gente começar no ano que vem, aí já passa a ser considerado ofertas
976 continuadas. Nós não paramos nada esse ano. A única coisa que a gente não fez esse ano foi a
977 proibição legal de passar dinheiro para novas entidades, porque nem as entidades que nós temos
978 ofertas continuadas com elas a gente deixou de passar não, entendeu? Eu estou falando isso Cristiane
979 pelo seguinte, a Isabela falou ontem e ela pode explicar melhor. Quando você lança um programa
980 desse você tem que ter algumas coisas. Antes de mandar um programa pra cá, antes de fazer isso, de

981 mandar a proposta pra vocês, tem que ter primeiro: o orçamento; segundo: certeza quase que
982 absoluta. O quê que nós estamos chamando de parâmetros de qualidade? É o indicador. A Isabela
983 pode explicar. Até hoje não mudou o indicador, não tenho nem coragem. Por que eu não tenho
984 coragem? Se eu mando o negócio pra cá e a gente não rodou o indicador, pode ser que indicador
985 derrube todas as entidades de Minas considerando todas péssimas ou todas ótimas. Aí qual que é o
986 sentido que faz então? Então pelo menos algum tipo de segurança pra mandar pra vocês a gente tem
987 que ter, que dê segurança pra vocês também. Vocês vão perguntar assim: “quantas entidades estão
988 nessa situação em Minas Gerais?” Eu vou ter que dizer, com certeza. Então é mais nesse sentido. A
989 gente disse isso lá na reunião do PPAG, eu disse isso lá. Como a gente não gastou nada do programa
990 esse ano porque não podia, veio uma orientação da SEPLAG solicitando que a gente tirasse essa ação
991 do PPA, mas a gente insistiu nessa ação dentro do governo. Agora estamos brigando pelo orçamento.
992 Nos demos conta que vamos ter que fazer legislação. Agora, legislação para esse tipo de coisa, a
993 experiência nos mostra que é muito rápido na ALMG. Claro, nós vamos fazer uma legislação que não
994 vai entrar nos mínimos detalhes, mas que dê condições pra gente manter o programa. **ISABELA:** Em
995 relação a essa questão do indicador que a Simone falou, o programa está estruturado em três eixos
996 que eu não vou detalhar aqui por merecer um debate mais específico. Mas a gente está estruturando
997 ele na lógica do ID CRAS. Então o indicador ele acompanha um pouco os parâmetros que a gente
998 entende que estão regulados no SUAS que essas entidades têm que ter: tem que ter um dormitório
999 para no mínimo tanta pessoas, tem que ter a cozinha, tem que ter tantos técnicos... Tem que ter uma
1000 série de questões que estão nas normativas e as questões que a SEDESE em discussão entendeu como
1001 sentido complementar a norma. A norma é muito completa para alguns públicos, para outros não. O
1002 ID, além disso, ele prevê as diferenças: o acolhimento para o idoso tem que ser de uma forma, o
1003 acolhimento para pessoa com deficiência tem que ser de outra... O indicador traz o retrato de um
1004 pedaço da realidade, então dependendo ele é tipo uma parte. Dependendo do indicador que eu
1005 escolho, eu vou ter uma determinada realidade. E aí a gente está se baseando neste pressuposto de
1006 que, seguindo as normativas que estão colocadas, seguindo a experiência que a SEDESE tem, a gente
1007 vai conseguir criar esses parâmetros para achar as entidades de acordo com o seu nível. A gente tem
1008 que testar, é uma hipótese. O indicador está baseado em uma hipótese, a gente vai ter que testar pra
1009 ver se vai dar certo. Fica prematuro a gente trazer isso sem poder discutir a fundo com vocês, né?
1010 Pode ser que a gente traga uma proposta e, quando a gente enxergar a realidade, ela não atende.
1011 Então essa questão do indicador ela é um pouco complicada, mas ela é um dos certos do programa.
1012 A lógica do financiamento está apoiada nele. A respeito do comentário da Sandra, ele está sendo
1013 pensando como incentivo, não é para custear serviço. É um incentivo para que as entidades consigam
1014 fazer o seu processo de reordenamento e de aprimoramento para melhorar a qualidade da oferta
1015 para os usuários. Então o programa está seguindo nesse sentido, tá? É como a Simone falou, a gente
1016 está em discussão. Tem muita coisa ainda que a gente está aprendendo, que a gente está correndo
1017 atrás. A discussão no Conselho vais ser fundamental, mas eu acho que tem que ter o momento
1018 mesmo. Essa discussão é uma discussão densa, que vai tomar bastante tempo do Conselho. E se a
1019 gente não tem essa perspectiva ainda do recurso que ainda é o mínimo que tem que ter, não sei
1020 também se é o momento adequado. Mas a parte técnica a gente está tentando adiantar o máximo
1021 possível, pra gente trazer uma discussão mais madura aqui e poder avançar. **MARIA:** Muito bem,
1022 Isabela. Sandra. **SANDRA:** Deixa eu fazer um comentário. Eu fui muito tempo de entidade, em Belo
1023 Horizonte, de acolhimento institucional. Então eu acho super. interessante a criação de indicadores
1024 e esses parâmetros. Nós podemos fazer um estudo de custo. Como podemos fazer um estudo de
1025 custo? Em Belo Horizonte as entidades se juntaram, fizemos toda uma discussão no Conselho. O
1026 Conselho aprovou o recurso que foi para a uma empresa de assessoria específica disso, que fez esse
1027 estudo de custo, ajudou muito no acolhimento e orientou muito a secretaria para o ajuste e reajuste
1028 do repasse que estava sendo ofertado para as entidades de acolhimento institucional, abrigos e
1029 centros de passagens. Eu tenho certeza de que agora não vai ser assim mais! Eu lembro de uma frase:

1030 “a gente tem passar do círculo vicioso para um círculo virtuoso.” Foi a fala da secretária Elisabete. A
1031 gente fica pensando e é aquilo lá: “eu te dou um pouquinho e você finge que faz”, e a gente acaba
1032 nesse círculo. Ela falou que a partir daquele momento estaríamos entrando em um círculo virtuoso,
1033 é isso o que a gente espera. Então, realmente, temos que fazer esse estudo de curto para podermos
1034 chegar a um valor. E sobre o parâmetro, com certeza, estarão sendo olhadas as legislações
1035 pertinentes. Eu me lembro que participei junto com as unidades de acolhimento, dentro daquela
1036 lógica, da resseção familiar. Eu não entendo muito dessa lógica, mas a resseção familiar estava sendo
1037 muito cobrada. Então o trabalho técnico, a resseção, o resultado, depende do serviço à luz da
1038 legislação que exige uma série de proteção, eu acho que deriva você está atendo aos indicadores. Às
1039 vezes é precário, eu falo enquanto entidade. Eu acho que tem que aprimorar a supervisão Simone,
1040 supervisão pra olhar, ajudar, construir, rever metodologia, fazer crítica, a gente receber sugestão,
1041 formação juntos... Eu penso que estamos no caminho. Nós estamos no círculo virtuoso, não me
1042 esqueço desta frase. Obrigada. **MARIA:** Ok? Isabela, eu não vejo nenhum ponto de encaminhamento.
1043 Você trouxe um ponto de... **VOZ AO FUNDO ISABELA:** A discussão foi indo para outros rumos, mas
1044 tem dois encaminhamentos ali pra gente deliberar, são as duas solicitações para a SEDESE:
1045 encaminhar um ofício pra SEDESE pedindo o cronograma de visitas; e pedir que a SEDESE faça o
1046 reordenamento do modelo de cofinanciamento das Casas Lares. **MARIA:** Ok. **SIMONE:** Eu só estava
1047 querendo sugerir Isabela, se você concordar, porque pode ser que o cronograma não seja só de visita,
1048 pode ser. Como que a gente vai renegociar, em vez de colocar qual o método, trazer o calendário
1049 apoio ou de monitoramento, pra não deixar só a atividade de visitar, né? Ela é uma das atividades,
1050 mas não é a única. **MARIA:** Sim. A sugestão da Simone está acrescida, né? Mais alguma coisa gente?
1051 Mais alguma sugestão? Então podemos passar para próxima comissão? Ficando encaminhada aí a
1052 sugestão da comissão de orçamento e financiamento. Vamos passar para a comissão de política? **VOZ**
1053 **AO FUNDO.** Eu já perguntei se alguém tinha alguma coisa contrária ou acrescentar, a Simone
1054 acrescentou. Quer que eu repita de novo? **VOZ AO FUNDO.** É. Vocês estão conversando muito hoje!
1055 Tem alguém contrário aos encaminhamentos trazidos pela comissão de orçamento e financiamento?
1056 Então aprovada por unanimidade. Comissão de política. **MARTA SILVA:** O primeiro ponto da comissão
1057 foi em conjunto com a comissão de orçamento e financiamento. O outro ponto seria receber o
1058 presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas. A gente já justificou o problema que teve.
1059 Então o tema não foi debatido. A gente teve um ponto de pauta comum com a comissão de normas,
1060 que acabou ficando com as três comissões, que é a discussão dos benefícios eventuais. A plenária
1061 remeteu para a comissão de política aprofundar a discussão sobre os benefícios eventuais. No caso
1062 se identificasse, seria necessária uma revisão da resolução 373/2011 que regulamenta os benefícios
1063 eventuais. A secretaria executiva fez todo o levantamento das normas que existem. Ontem na
1064 comissão a gente contou com a participação do diretor de proteção básica da SUBAS, o Wagner
1065 Antônio e da equipe dele, que apontaram pra gente na leitura que eles fizeram da resolução do
1066 Conselho algumas questões que poderiam ser aprimoradas. Então eu vou rapidamente passar por
1067 isso, já que algumas pessoas estavam presentes. Então: pensar na utilização do CADÚNCO para
1068 inclusão dos beneficiários; discutir a questão do auxílio financeiro, avaliando qual modalidade dos
1069 benefícios eventuais são aplicáveis ou não; regulamentar o cofinanciamento dos benefícios eventuais
1070 através do piso mineiro. Esse era um ponto a ser revisto na resolução do Conselho; debater e
1071 identificar como associar os benefícios eventuais ao acompanhamento familiar; identificar quais
1072 seriam as provisões da assistência social nas situações de emergências de calamidade pública;
1073 necessidade de previsão no orçamento; a concessão dos benefícios está condicionada ao orçamento,
1074 que é de responsabilidade dos municípios; incentivar um debate dos municípios, respaldado nas
1075 normativas. Como encaminhamento que ficou de proposto: realização de uma oficina com alguns
1076 municípios, para identificar as experiências em torno dos benefícios eventuais. A primeira tarefa seria
1077 identificar quais os municípios para participarem dessa oficina; apresentar uma minuta de resolução
1078 para o Conselho para revisão da resolução 373; elaboração de orientação aos municípios com a

1079 divulgação tanto da nova resolução, quanto de orientações que identificamos como necessária. Tudo
1080 isso a gente concluiria em julho de 2017. Tudo isso com o apoio da diretoria de proteção básica lá da
1081 SEDESE. Depois nós discutimos a resolução nº 12 da CIB, que cria as comissões regionais de gestão
1082 compartilhada para o serviço regionalizado de proteção social especial. A comissão fez uma discussão
1083 sobre a resolução da CIB considerando a sua coerência e relevância, porque ela toca com a resolução
1084 do Conselho Estadual que instituiu as URCMAS. A resolução da CIB, ao criar as comissões regionais
1085 de gestão compartilhada e que entende-se como espaço de articulação, interlocução e diálogo acerca
1086 dos serviços regionalizados da proteção média e alta complexidade, elas são vinculadas a CIB, mas
1087 elas vão funcionar com reuniões gerenciais e reuniões ampliadas. Essas comissões regionais vão
1088 remeter para as URCMAS os relatórios dessas reuniões, o que favorece ao controle social de forma
1089 mais regionalizada e sob uma lógica territorial. Então a gente viu que ela fortalece também o papel
1090 das URCMAS nos territórios. No desenho do plano estadual isso já era previsto. Essa resolução mostra
1091 como que a gente está fazendo uma construção numa lógica de território, associando o controle
1092 social com a gestão de forma mais planejada para a proteção social especial. A comissão entendeu
1093 que a gente não teria que propor para o Conselho mais uma resolução, mais alguma deliberação
1094 porque, quando a gente aprovou o plano estadual, isso já era uma proposta, já estava contemplado,
1095 e na resolução que institui as URCMAS também. Então a gente não traz nenhum encaminhamento
1096 para a plenária. Nós recebemos do CMAS/Juiz de Fora um ofício dizendo que aquele Conselho estava
1097 encaminhando para o poder judiciário de lá um ofício informando que eles estão preocupados com
1098 relação aos critérios firmados para convênio com as entidades que não estão inscritas no CMAS de
1099 lá. A gente teve dificuldade, eles não explicitaram de fato qual é a demanda para o Conselho Estadual.
1100 Então nós vamos consulta-los de novo pra saber qual é a demanda para o Conselho Estadual em
1101 relação a isso. Volney, a gente teve um retorno de encaminhamento que você solicitou na última
1102 plenária, com relação de a gente encaminhar ao Conselho Estadual da Mulher um ofício indagando
1103 como que o Conselho Estadual da Mulher se posicionaria em relação à portaria 03/2016 da Vara Cível
1104 da Infância e Juventude com relação às ações, encaminhamentos e recomendações que o MP fez,
1105 com relação às mulheres gestantes e seus filhos usuários dependentes de crack, e a relação disso aos
1106 serviços de saúde. O Conselho da Mulher nos respondeu listando todas as ações que ele fez, não com
1107 relação a essa portaria, mas com relação às recomendações anteriores, que era cinco e seis. Ele diz
1108 que está com algumas dificuldades em retomar essa discussão, por uma questão interna no Conselho
1109 da Mulher. Mas todos os encaminhamentos que ele fez... Ele escreveu um manifesto em 2014 sobre
1110 essas recomendações; ele chamou uma discussão e fez um debate com as entidades e Conselho
1111 procurando suspensão imediata daquelas recomendações que eram similares a portaria, mas
1112 portaria já deu uma melhoria em relação a essas recomendações; e também, participou de diversos
1113 debates, inclusive quando foi discutida a recomendação nº 1 da defensoria pública da União e do
1114 Estado de Minas Gerais em relação a isso. As duas defensorias se posicionaram em relação a isso. Só
1115 que também de forma complementar, a subsecretaria de assistência encaminhou um ofício nos
1116 respondendo. Ela também nos responde dizendo as providências que a subsecretaria tomou em
1117 relação a isso. Ela discorre dizendo dessa resolução conjunta das defensorias públicas; o manifesto
1118 que Conselho da Mulher, o CRESS e outras Instituições assinaram em dezembro de 2014; que o
1119 CMDCA/Belo Horizonte também tem uma deliberação sobre esse assunto em 2015; que o Ministério
1120 de Saúde e a Secretaria de Gestão, Estratégia e Participativa elaboraram uma nota conjunta
1121 estabelecendo diretrizes e um fluxograma para a proteção integral a saúde das mulheres e
1122 adolescentes em situação de rua, e de usuários de crack e outras drogas e seus filhos recém-nascidos;
1123 que estava sendo elaborada uma resolução conjunta entre a SEDESE, Secretaria de Saúde e Secretaria
1124 de Estado de Direitos Humanos com relação a isso; que a subsecretaria emitiu uma nota técnica
1125 exatamente para respaldar a assinatura dessa resolução conjunta que versa sobre todos os aspectos
1126 em relação a todo o processo. Eu vou passar para a Maíra, só pra ela acabar de fechar. VOZ A FUNDO.
1127 A conclusão da nota técnica? A conclusão da nota técnica: diante do exposto, reformamos os

1128 princípios da política de assistência social, com ênfase ao respeito e dignidade do cidadão, a sua
1129 autonomia e direito ao benefício e serviço de qualidade, bem como a convivência familiar e
1130 comunitária. Vedamos qualquer comprovação vexatória de necessidade. Resguardamos que são
1131 objetivos da proteção social especial: contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de
1132 sua função protetiva; processar a ação das famílias no sistema de proteção social e nos seus serviços
1133 públicos conforme necessidades; contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições
1134 de autonomia dos usuários; contribuir para reparação dos danos e da incidência de violação de
1135 direitos; prevenir renda a reincidência de violação de direito. Toda a orientação da resolução conjunta
1136 entre as secretarias vai encaminhar nesse sentido, de assegurar a convivência dessas crianças com as
1137 suas mães. Tem todo um fluxograma que remete exatamente pra isso, para a política de saúde, para
1138 a política de assistência e para as outras políticas. A Maíra depois podia completar o informe, né?
1139 Então esse é o informe da comissão. **MAÍRA:** Você já trouxe todas as informações. A resolução que a
1140 gente cita aqui possivelmente será assinada em conjunto com a saúde e com a SEDPAC também. A
1141 previsão é para agora no início do mês de dezembro. Essa resolução será disparada para todos os
1142 serviços e equipamentos ligados tanto aos direitos humanos, quanto a saúde, quanto à assistência
1143 social. **MARTA SILVA:** Presidente, o encaminhamento da comissão é com relação aos benefícios
1144 eventuais. **MARIA:** Ok. Você quer falar Volney? Por favor. **VOLNEY:** Marta, eu queria saber se é
1145 possível fazer o encaminhamento desses ofícios que comissão recebeu. Lá na nossa entidade a gente
1146 está com outra Frente no Conselho Estadual de Saúde. Eu não respondo pelo CRP e a Érica não está
1147 aqui, mas o CRP também está com uma Frente nesse sentido. Eu queria saber se é possível fazer esses
1148 encaminhamentos, é possível? **VOZ AO FUNDO:** Tá. E aí o Sindicato também pede pra vocês, né? Está
1149 ótimo então. **MARIA:** Marta, como a sua leitura foi longa, você poderia fazer a leitura só dos
1150 encaminhamentos? No momento em que você estava lendo, eles estavam dispersos. **MARTA SILVA:**
1151 Os encaminhamentos com relação aos benefícios eventuais: realizar oficina para identificar
1152 experiência em torno dos benefícios eventuais; ter um cronograma com relação à revisão da
1153 resolução 373/2011; elaborar orientações aos municípios, tanto para divulgação, quanto para
1154 orientação em relação aos benefícios eventuais. Então são esses os encaminhamentos. Vocês acham
1155 interessante também o Conselho ter conhecimento da resolução da CIB? Vocês querem que a gente
1156 faça uma leitura rápida? É bom? É bem simples. **MARIA:** Marta, antes de você fazer a leitura da
1157 resolução, nesses encaminhamentos poderia acrescentar, diante daquela situação ontem com
1158 Conselho Ante Drogas, o CEAS encaminhando ofício esclarecendo e amenizando os ânimos. **MARTA**
1159 **SILVA:** Ok. **MARIA:** Aí fica como encaminhamento também. **MARTA SILVA:** Está bom. Nós pediremos
1160 as nossas desculpas. Então eu vou ler a resolução da CIB. Comissão Intergestora Bipartite, resolução
1161 nº12/2016 - Cria Comissões Regionais de Gestão Compartilhada para os Serviços Regionalizados de
1162 Proteção Social Especial. A CIB de Minas Gerais, em reunião plenária ordinária, realizada no dia 18 de
1163 outubro de 2016, de acordo com suas competências estabelecidas pela NOB/SUAS/2012, aprovada
1164 pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução n.º 33 de 12/12/2012, e
1165 considerando... Eu vou pular os considerandos... A LOAS; a Política Nacional de Assistência Social; a
1166 Tipificação; a NOB/SUAS; o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial
1167 de Média e Alta Complexidade de Minas Gerais. Resolve: Art. 1º Criar as Comissões Regionais de
1168 Gestão Compartilhada que são espaços de articulação, interlocução e diálogos acerca dos serviços
1169 regionais da proteção social especial de média e alta complexidade executados pelo Estado,
1170 caracterizando-se como instâncias de discussão da operacionalização e do aprimoramento do SUAS
1171 em âmbito regional. A partir da implantação dos equipamentos e serviços regionalizados, previstos
1172 no Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta
1173 Complexidade, será instituída uma Comissão Regional de Gestão Compartilhada – CRGC em cada
1174 território de desenvolvimento. As Comissões Regionais de Gestão Compartilhada - CRGC serão
1175 vinculadas à Comissão Intergestores Bipartite– CIB/MG e terão o detalhamento de sua
1176 operacionalização definidas em Regimento Interno, aprovado por essa instância. As Comissões

1177 Regionais de Gestão Compartilhada (CRGC) terão reuniões gerenciais com representantes do Estado
1178 e de todos os municípios abrangidos pelos serviços regionalizados para discutir sobre a
1179 operacionalização dos serviços, e reuniões ampliadas, com participação de outros municípios e
1180 instituições daquele território de desenvolvimento, para proporcionar maior articulação na garantia
1181 dos direitos e na proteção social. O Município sede mesmo que não seja abrangido pelo serviço
1182 poderá participar das reuniões gerenciais da CRGC. Os Municípios abrangidos pelos serviços
1183 regionalizados deverão participar ordinariamente das reuniões gerenciais e ampliadas da CRGC. As
1184 reuniões gerenciais são espaços abertos de participação, podendo a Comissão, caso julgue
1185 necessário, convidar especialistas, representantes dos demais municípios abrangidos, representantes
1186 do Sistema de Garantia de Direitos, dentre outros. Para as reuniões ampliadas deverão ser
1187 convidados o Ministério Público, Conselhos Tutelares, Poder Judiciário, Uniões Regionais de
1188 Conselhos Municipais de Assistência Social (URCMAS), Conselhos Municipais de Assistência Social
1189 (CMAS), Conselhos Municipais de Defesa de Direitos, usuários e trabalhadores da área,
1190 representantes de outras políticas sociais, rede socioassistencial que atuam no território de
1191 desenvolvimento daquela CRGC, dentre outros que a Comissão julgar necessários. Das Competências:
1192 As reuniões gerenciais da CRGC têm como competências: Definir estratégias para operacionalizar a
1193 oferta dos serviços regionalizados; Estabelecer acordos relacionados aos parâmetros e mecanismos
1194 de implementação do serviço regionalizado e gestão do território, considerando as normativas
1195 vigentes e as definidas em Protocolos pactuados pela CIB; Discutir a operacionalização dos fluxos da
1196 área de abrangência entre o serviço regionalizado, o município sede, os municípios abrangidos e a
1197 rede de proteção, considerando as diretrizes de gestão e atendimento regional descritas em
1198 Protocolo; Construir processos dinâmicos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da
1199 gestão e da oferta de serviços; Encaminhar à CIB propostas de pactuação de âmbito regional;
1200 Encaminhar suas decisões para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Municípios do
1201 território, das URCMAS da região e do Estado; Articular a rede socioassistencial de âmbito estadual e
1202 municipal, público e privado; Articular as ações de vigilância socioassistencial na área de abrangência,
1203 a partir dos diagnósticos socioterritoriais, com o objetivo de definir prioridades para o planejamento
1204 e a gestão dos serviços regionalizados. Art. 5º As reuniões ampliadas da CRGC têm como
1205 competências: Articular a rede socioassistencial de âmbito estadual e municipal, público e privado;
1206 Articular a gestão dos serviços regionalizados com as demais políticas públicas e o Sistema de
1207 Garantia de Direitos, considerando as diretrizes de fluxos, gestão e atendimento regional descritas
1208 em Protocolo; Identificar dificuldades relacionadas à articulação entre os serviços regionalizados e
1209 demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e propor alternativas para sua
1210 resolução. Do Funcionamento: As Comissões Regionais de Gestão Compartilhada contarão com o
1211 seguinte apoio para seu funcionamento: A SEDESE proverá às CRGC infraestrutura administrativa para
1212 viabilizar seu efetivo funcionamento; A SEDESE exercerá as funções administrativas pertinentes ao
1213 funcionamento da CRGC por meio de uma secretaria técnica; O coordenador da CRGC será um dos
1214 representantes do Estado, indicado pela SEDESE; As reuniões da CRGC, gerenciais ou ampliadas,
1215 deverão ser registradas em atas, encaminhadas para conhecimento da CIB e arquivamento na sua
1216 secretaria executiva; Os assuntos discutidos na CRGC, em suas reuniões gerenciais ou ampliadas,
1217 deverão ser encaminhados para conhecimento das Uniões Regionais de Conselhos Municipais de
1218 Assistência Social -URCMAS. Art. 7º A realização das reuniões gerenciais da CRGC deverá seguir as
1219 seguintes diretrizes para seu funcionamento: As reuniões serão convocadas pelo coordenador da
1220 CRGC; As reuniões serão realizadas prioritariamente no município sede do Serviço Regionalizado; As
1221 reuniões deverão acontecer ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando necessário.
1222 Art. 8º A realização das reuniões ampliadas da CRGC deverá seguir as seguintes diretrizes para seu
1223 funcionamento: As reuniões serão convocadas pelo coordenador da CRGC; A SEDESE providenciará o
1224 espaço e a estrutura para a realização das reuniões ampliadas; A SEDESE mobilizará os convidados
1225 descritos no art. 3º para participação; As reuniões ampliadas serão realizadas ordinariamente a cada

1226 03 meses e extraordinariamente quando necessário; As reuniões serão realizadas prioritariamente
1227 no município sede do Serviço Regionalizado. Esta Resolução entra em vigor na data de sua
1228 publicação. 18 de julho, Simone e Julia Restori. **MARIA:** Ok? A gente coloca em votação os
1229 encaminhamentos da comissão, certo? Quer falar alguma coisa, Volney? Você fez uma menção como
1230 se quisesse. VOZ AO FUNDO. Nesse momento nós vamos votar os encaminhamentos trazidos pela
1231 comissão de política. Tem algum conselheiro contrário os encaminhamentos trazidos pela comissão
1232 de política? Simone. **SIMONE:**Marta, eu queria fazer uma sugestão, se vocês concordarem, da gente
1233 fazer uma resolução deliberando o de acordo o Conselho com a resolução da CIB. VOZ AO FUNDO.
1234 **MARIA:** Acrescentando a sugestão da Simone para o Conselho Estadual fazer uma resolução
1235 considerando a resolução da CIB, tem alguém contrário? **MARTA SILVA:** Eu só vou tentar traduzir o
1236 que a comissão discutiu ontem. A comissão entende que não precisava do Conselho referendar essa
1237 comissão da CIB, porque quando ele aprovou o Plano de Regionalização e também instituiu as
1238 URCMAS, isso também já estava de certa forma contemplado e considerado para lógica, tá? **MARIA:**
1239 Isabela. **ISABELA:** Eu até entendi, mas eu não sei... Eu acho que deveria ter uma resolução aqui do
1240 Conselho respaldando essa, por quê? É um desdobramento do Plano Estadual de Regionalização. O
1241 Plano Estadual realmente prevê essa questão, mas não prevê o funcionamento. Eu acho que é uma
1242 forma de referendar. Eu acho que tem muito a ver com a gestão territorial, com a gestão entre os
1243 municípios ali dos serviços regionalizados. É um ponto importante para o funcionamento dos
1244 serviços. Eu acho que era importante uma manifestação do CEAS. **MARIA:** Simone. **SIMONE:** Eu não
1245 vejo nenhum problema. Eu só estou chamando a atenção do papel importantíssimo de deliberação
1246 do Conselho. A CIB é uma instância importante de pactuação. Aqui nós não estamos envolvendo só
1247 os gestores do SUAS, né? Sair uma resolução do Conselho tem outro significado para essas instâncias.
1248 Eu só estou chamando a atenção sobre isso. Eu não vejo nenhum problema, não tem problema.
1249 Quando a gente faz as coisas, a gente faz assim mesmo, faz, pensa, volta atrás. Eu imagino, se
1250 ninguém tiver nada oposto, se a comissão concordar, de que a gente deveria fazer uma resolução do
1251 Conselho Estadual. **ROSILENE:** Eu também concordo Simone. O que nós pensamos é de não ter mais
1252 um documento, porque já tem um, não é? Mas a gente concorda. Eu passo pra Marta e ela referenda.
1253 A gente concorda, não tem nenhum problema. Não é desconsiderar o que foi feito, é trazer novas
1254 informações, esclarecimentos. Eu acho que isso é válido sempre. Nós temos que rever sempre o que
1255 a gente pensa, não é? **MARIA:** O Sr. George é o último inscrito nesse ponto. E aí a gente encaminha.
1256 **LUIZ GEORGE:** Boa tarde pra todos. Eu sou da comissão de política. Ontem eu concordei com a Marta
1257 na hora que ela falou, concordei plenamente. Simone, essa resolução passou por nós, ela foi aprovada
1258 por nós e fomos nós que deliberamos sobre ela, não é isso? Dá a impressão que passou em branco
1259 por aqui e ninguém tomou conhecimento, não é mesmo? Eu acho melhor a gente fazer isso mesmo
1260 que a Simone falou, porque vamos dar à resolução a importância que ela tem, não é isso? **MARIA:**
1261 Ok. Ficou esclarecido? Quer falar mais Isabela? VOZ AO FUNDO. **MARTA SILVA:**É isso. A gente discutiu
1262 na reunião da comissão. A comissão não está fechando nenhuma posição. A gente considera que o
1263 processo dessa plenária é até contribuir nos debates mesmo. **MARIA:** Primeiro eu vou analisar com
1264 vocês o ponto que a Simone trouxe: fazer uma resolução aqui do CEAS considerando a resolução da
1265 CIB lida pela Marta. Tem alguém contrário? Então, vai ser feita a resolução. No geral, qual conselheiro
1266 é contrário aos pontos de encaminhamento trazidos pela comissão de política? Considera-se
1267 aprovados todos os pontos de encaminhamentos e acréscimos trazidos pela comissão de política.
1268 Passando para a comissão de normas. Por favor, Rodrigo. PARTE 4 **RODRIGO:**A comissão de normas
1269 convidaria a RURALMINAS para discutir possíveis soluções para a sustação do Posto de Atendimento
1270 Social. Porém, deveria aguardar até o dia 31/10/2016, a definição de qual secretaria de Estado estaria
1271 responsável pelo processo da RURALMINAS. A lei 22.293 de 20 de setembro de 2016 estingue a
1272 Fundação Rural Mineira – RURALMINAS, que transferiu as suas atividades para a Secretaria de
1273 Agricultura Pecuária e Abastecimento – SEAPA, empresa de assistência técnica e extensão rural do
1274 Estado de Minas Gerais – EMATER, e Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SEDAS. Porém,

1275 conforme informação da Sra. Elga Novaes, ainda não houve a definição de qual secretaria assumirá o
1276 Projeto Jequitaí. O encaminhamento para deliberação da plenária: considerando que a construção da
1277 barragem Jequitaí é também de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do
1278 São Francisco e do Parnaíba – CODEVASP em parceria com a RURALMINAS, a comissão de normas
1279 sugere que convide a referida Companhia – CODEVASP para uma reunião no CEAS, no mês de
1280 dezembro, para definir quem são os responsáveis pelos impactos causados pelo Projeto da Barragem
1281 Jequitaí, bem como, o Plano de Assistência Social. A comissão de normas considera necessária essa
1282 reunião no mês de dezembro, tendo como pauta única esse ponto, por envolver pessoas que estão
1283 sendo atingidas nos seus direitos pelo projeto de construção da Barragem Jequitaí, não podendo
1284 aguardar mais até a próxima reunião ordinária das comissões do CEAS. O ponto dois: é em comum
1285 com a comissão de financiamento. A Isabela já falou, fez a citação da presença dos membros da
1286 comissão de normas, é só pra poder registrar, para construir um fluxo de parâmetros e
1287 monitoramento de execução direta, prevendo a realização de visita nas unidades de execução direta
1288 do Estado – Casas Lares em conjunto com a comissão de normas e a comissão de política. O ponto
1289 três: é a revogação da resolução que aprovou o PAS/Barragem da PCH Brito. Esse assunto também
1290 foi trazido aqui já há alguns meses atrás. Na plenária de outubro este pleno tirou alguns
1291 encaminhamentos, um dos encaminhamentos era visita in loco aos atingidos para verificar as
1292 denúncias. Essas visitas foram nos dia 10 e 11 de novembro pelo conselheiro Volney e a técnica
1293 Rosalice. Houve uma reunião marcada no dia de ontem com os representantes da NOVELIS às 15h. Já
1294 passando para o encaminhamento: a partir das visitas in loco, foram confirmadas as denúncia
1295 apresentadas pelos atingidos ao CEAS sobre as pendências que o empreendedor deixou para as
1296 propriedades após a confirmação da não construção da PCH Brito, dentre elas estão: isolamento de
1297 uma propriedade onde reside dois idosos, escrituras, relocação de benfeitorias e reassentamento.
1298 Durante a reunião foram expostas as pendências aos representantes da NOVELIS, ficando acordado
1299 ao CEAS oficializar a empresa para apresentar possíveis encaminhamentos das pendências até o dia
1300 13 de fevereiro de 2017. O nosso último ponto de pauta: sobre os benefícios eventuais. Conforme a
1301 deliberação da última plenária, as comissões de política e normas se reuniram com equipe de
1302 proteção social básica da SEDESE para iniciar a discussão sobre a revisão da resolução 373/2011 que
1303 dispõe sobre os benefícios eventuais. Também foi tratada pela comissão de política, ao qual a Marta
1304 acabou de fazer o relato. Então, seriam esses quatro pontos. Está aberta a fala dos demais
1305 conselheiros. **MARIA:** Algum conselheiro... Quer Volney? Por favor. **VOLNEY:** Senhores conselheiros,
1306 eu queria destacar o quanto que foi importante esta minha ida à Ponte Nova. Nós precisamos estar
1307 muito atentos a esses PAS, a esse monitoramento. Então, assim, foi muito válida a nossa viagem,
1308 minha e da Rosa, tá? As violações foram confirmadas. Ontem nós dizemos aqui para o empreendedor:
1309 “terceiriza a coisa.” Eles me trazem um engenheiro eletricista para falar da social. Eu acho que foi
1310 muito oportuna a minha ida lá. **RODRIGO:** Só reforçando isso o que o Volney falou e aproveitando
1311 aqui o Léo e os nossos representantes da área social do governo. Assim, foi uma reunião muito difícil
1312 porque, é uma visão empresarial, né? E aí lembrando a fala do Willian sobre a questão do idoso,
1313 tiveram vários pontos lá de tensão. Como que tem uma resposta de um empreendedor a uma
1314 situação de abuso e violência psicológica, emocional, aonde eles vêm com uma equipe que não
1315 consegue trazer uma resposta pra gente? Eu, como conselheiro, me senti extremamente
1316 desrespeitado por eles. A gente sentiu nas falas deles que eles não vão se responsabilizar por nada.
1317 A gente tinha perguntado se tinha algum TAC, alguma questão da defensoria... A gente vê um cenário
1318 de judicialização. Eu quero informar pra vocês que, de forma alguma, a comissão criou dificuldades
1319 pra eles. A nossa presidente estava lá, tinha outras pessoas... Mas a empresa veio com a negação da
1320 negação. Foi uma reunião muito ruim, muito triste. Era isso o que eu queria trazer pra vocês.
1321 **LEONARDO KOURY:**Só quero fazer um alento da importância do PAS dentro desses processos para
1322 os Estados. No mês passado, em Roraima, morreram duas famílias atingidas por barragens,
1323 justamente por terem entrada na justiça pedindo indenização porque foram expulsas, tendo inclusive

1324 posse da propriedade. Então, elas foram assassinadas pelos proprietários. Tem inclusive a confissão
1325 de um dos pistoleiros contratado pela empresa que está concedendo a construção da barragem. Isso
1326 acontece no Brasil inteiro! Muitas dessas mortes são indiretamente evitadas. Essa construção de
1327 violência, de organização coerção, ainda é evitada por conta do PAS. Por incrível que pareça mesmo
1328 a gente sabendo que é um instrumento muito pequeno perto das necessidades dos atingidos, a
1329 realidade das famílias atingidas por barragens... Tem a matéria inclusive na Folha de São Paulo, que
1330 está copiada na página do MAB, da tamanha violência de todos os meses terem casos de mortes por
1331 ameaças. Quando a gente vê que uma engenheira elétrica... Mas não é só ela, é também o contador,
1332 é o jornalista, é o administrador de empresa... Senão fosse por conta do PAS, estariam 100% cuidando
1333 das negociações e das indenizações. A gente imagina o caos social dentro dessas áreas, que por uma
1334 desculpa de desenvolvimento trazem as violações dos direitos humanos mais perversas que a gente
1335 ainda tem dentro do campo brasileiro. APLAUSOS. **CRISTIANE:** Aproveitando a pauta da comissão,
1336 quero lembrar ao Conselho que, semana passada fez um ano do crime que aconteceu em Mariana.
1337 Eu acho que é um momento interessante também, pensando nesse um ano, fazer uma manifestação
1338 com relação a isso. Nós tivemos várias entrevistas, depoimentos, de pessoas colocando as suas
1339 situações, principalmente aos vínculos comunitários, né? Eu acho que é um momento importante pra
1340 gente fazer novamente uma nova manifestação pública a favor das famílias atingidas. **VOLNEY:** Como
1341 a Frente Mineira em Defesa do SUAS fez ontem Cristiane, o CEAS poderia assinar conjuntamente com
1342 a gente. Eu acho que facilita bastante. Outra coisa mediante o que o Leonardo coloca, eu queria sabe
1343 que, como Minas é o único Estado que tem uma legislação específica para o licenciamento
1344 socioassistencial para construção de barragem, se seria oportuno esse Conselho encaminhar para
1345 todos os Conselhos Estaduais do Brasil, pelo menos para despertar esses Conselhos a mobilizarem os
1346 deputados estaduais para uma lei que garanta esses direitos, não é gente? Ainda mais agora que
1347 Minas, com essa tragédia, se tornou o noticiário nacional como referência negativa. Então eu queria
1348 colocar esse encaminhamento. Eu gostaria de saber o que os senhores acham desse
1349 encaminhamento. **MARIA:** Você quer falar, Consolação? **CONSOLAÇÃO:** Nós já fizemos esses
1350 encaminhamentos para todos os Conselhos Estaduais em várias oportunidades, inclusive por meio
1351 do FONACEAS. Já fizemos por correspondência para o Conselho Nacional também, solicitando
1352 inclusive que encaminhasse isso como uma proposta de lei mesmo. Então, nós já fizemos isso.
1353 Podemos refazer, se for o caso. Mas esse movimento ele já foi feito. Nós nunca tivemos um retorno
1354 em relação a isso. **MARIA:** William, e aí a gente encaminha esse os pontos da comissão de normas,
1355 pode ser? **WILLIAM:** Boa tarde a todos (as). A respeito das negociações com a Associação ou
1356 comunidade, o pessoal atingido por barragem eles tem história lá. Eu gostaria de fazer até uma
1357 denúncia a respeito da Queiroz Galvão. Ela fez a negociação com nós lá, fechamos o TAC e até hoje
1358 nós não recebemos o registro das nossas terras, das nossas casas, entendeu? Eles já passaram para a
1359 Mucuri Energética, e a Mucuri Energética já passou para outra barragem lá. Nós temos um TAC. A
1360 gente busca através do MPF, mas é muito dificultoso. A coisa só vai alongando, alongando e
1361 alongando, nunca se resolve o problema. Eu fiquei muito chocado ontem na reunião de normas com a
1362 empresa. Eu fiquei sabendo que tem um casal de idosos em uma área de isolamento lá, entendeu?
1363 Parecendo que aquilo não é gente. Então nós temos que tomar providências e fortalecer mais esses
1364 pontos aí. Muito obrigado. **MARIA:** Muito bem. Agora nós já temos mais de um ponto, não é?
1365 Acrescentou mais um. **SIMONE:** Eu fico pensando o seguinte, se o Conselho, que é o responsável pela
1366 vigilância da garantia da convivência, identificou uma situação de isolamento e comunicou isso a
1367 empresa e eles disseram que não tomar nenhuma providência, então nós temos que encaminhar esse
1368 negócio. Alguém tem que tomar alguma providência. **VOZ AO FUNDO.** Então esclarece aí o quê que
1369 aconteceu, Volney. **VOLNEY:** Eu estava ontem na reunião. A empresa pediu que seja oficiada com
1370 todos os casos. Nós vamos dar um prazo pra eles, até fevereiro, pra que eles nos posicionem. Eles
1371 desconheciam os fatos. **VOZ AO FUNDO.** Algum outro da comissão quer complementar? É isso mesmo
1372 gente? Então é isso. Nós vamos oficializar a empresa o que nós identificamos, eles vão detectar e nos

1373 responder. Agora, o que o William coloca aqui, traz uma denúncia também para esse Conselho.
1374 **MARIA:** Sim. Nós vamos encaminhar separadamente. Nós temos alguns encaminhamentos, mas
1375 vamos direto aos pontos trazidos pela comissão de normas. Eles trouxeram dois pontos que também
1376 já foram debatidos pela comissão de política, né? Nós já aprovamos, então não vem ao caso. Mas,
1377 considerando os outros pontos trazidos, que é essa questão de encaminhar para a empresa
1378 oficialmente todos os pontos de denúncias trazidos aqui, tem alguém é contrário a esse ponto de
1379 encaminhamento? **MAÍRA:** Presidente, só uma questão. Eu queria que ficasse mais clara essa questão
1380 do prazo. Têm as denúncias e o Volney disse que o prazo é até fevereiro para responder. Eu acho que
1381 fevereiro é um prazo muito longe só pra gente ter uma resposta. Será que a gente não deveria
1382 estabelecer um prazo para a resolução da situação? Só essa questão que não ficou clara pra mim.
1383 **MARIA:** A gente observou que em janeiro a gente não tem plenária. **MAÍRA:** Será que a gente não
1384 pede uma resolução? Fica parecendo que eles vão averiguar em dezembro e janeiro. Aí eles vão nos
1385 responder só em fevereiro assim: “identificamos e realmente procede.” **VOZ AO FUNDO. MARIA:** O
1386 Rodrigo pode ajudar a esclarecer. Veja bem, na denúncia existem vários pontos, não é uma coisa. Não
1387 é só a questão do idoso que está isolado, não é a questão da garantia de terra, são vários pontos. Nós
1388 fizemos um compromisso que o CEAS, a partir do debate aqui hoje, imediatamente estaremos
1389 encaminhando isso por escrito. Ou seja, o nosso ofício já vai sair a partir de segunda. Nós demos um
1390 prazo para eles nos dá um retorno dessas situações até fevereiro, vocês entenderam?
1391 Compreenderam gente? Até em fevereiro eles vão nos dar um retorno dos pontos apresentados que
1392 estão em conflito com eles. Eles vão dizer qual solução que eles tomaram no máximo até fevereiro.
1393 Vocês entenderam? Eles comentaram da necessidade de precisar deste prazo, porque envolve a
1394 política, a questão do registro da propriedade, escritura... Então fizemos essa proposta até em
1395 fevereiro. **RODRIGO:** Máira é porque, além disso, tudo, tem uma outra empresa que também
1396 adquiriu. A gente até estava falando que já tínhamos recebido eles aqui. Nós traremos de várias
1397 situações, não é uma só. Eles já apontaram pra gente na reunião que, se eles não tiverem respostas,
1398 eles vão optar por outra empresa. É por isso que eu falei que a reunião foi muito ruim. A gente saiu
1399 de lá bem ruim, pela falta de respeito, pela as coisas meio ocultas que lá não ficaram muito claras pra
1400 gente. Mas em momento nenhum a bondade não vai ser muito próxima com eles não. O que estiver
1401 dentro da lei a gente quer que seja cumprido. **MARIA:** Inclusive eles argumentaram que esse
1402 procedimento não funciona. Esse empreendimento houve a iniciativa, todo o procedimento, mas ele
1403 não funciona. E aí eles começaram como os argumentos do prejuízo que eles tomaram e etc. Nós
1404 questionamos para eles: “vocês estão questionamento um empreendimento que não funciona pelo
1405 prejuízo que vocês tomaram. Agora, imagina as pessoas que vocês atingiram, deslocadas de suas
1406 residências... Elas estão condenadas pelo processo que vocês... Quem é que tem culpa?” Nós também
1407 dizemos assim: “a denúncia houve, são vocês que tem que responder por elas. A gente quer o retorno
1408 disso. O prazo é até fevereiro.” É como o Rodrigo coloca, a reunião foi muito ruim. Eu acredito que
1409 entre trancos e barrancos as coisas foram se encaminhando para resolver. O Sr. George está inscrito,
1410 ainda neste ponto Sr. George? **LUIZ GEORGE:** O jornal hoje publicou que alguns donos da SAMARCO
1411 foram condenados, a pena chega há 54 anos. Eles vão recorrer ainda, né? Mas são 54 anos. **VOZ AO**
1412 **FUNDO. MARIA:**Ah, tá! Ele está dando um informe de outro ponto. **LEONARDO KOURY:** Ainda neste
1413 ponto na questão do prejuízo, é uma importante informação, a Rosa também deve se atentar a isso.
1414 Em média são 4% do valor total do empreendimento que é gasto para o PAS, a própria questão
1415 mesmo das indenizações... Apenas 4% do valor total. A grande maioria dos empreendimentos aqui
1416 em Minas Gerais conseguem cofinanciamento do MDS. E, além de tudo, eles têm como direito poder
1417 colocar todos esses gastos nos primeiros dez aos para redistribuição do gasto dentro da tarifa de
1418 energia elétrica. Na prática esses 4% vão pagos de qualquer jeito, nem que seja com a luz, ou que
1419 seja através desses outros tipos de benefícios. A gente sabe que depois vêm os abatimentos fiscais e
1420 acaba se diluindo. Então é muito triste que a gente vê que é considerado como um prejuízo o direito
1421 dos atingidos. **MARIA:** Muito bem, Leonardo. Então, diante disso, tem alguém contrário aos pontos

1422 trazidos pela comissão de normas? Não! Então os encaminhamentos foram aprovados por
1423 unanimidade. Agora os outros pontos, primeiro o que o Volney trouxe e a Consolação já explicou. Ele
1424 trouxe a necessidade de a gente encaminhar para os Conselhos Estaduais o que a gente tem de
1425 orientações e normas sobre barragem. Mesmo a gente já tendo encaminhado isso, há necessidade
1426 de se fazer de novo? A Consolação já explicou que não tem necessidade, o Volney acha que tem
1427 necessidade. Tem alguém contrário a posição do Volney de encaminhar para os Conselhos Estaduais
1428 as orientações sobre barragem? VOZ AO FUNDO. A Consolação já explicou que, o quê que o Volney
1429 está pedindo, a gente já fez mais de uma vez. A questão é que ele fez a solicitação. O que está em
1430 discussão é se vamos fazer de novo. **VOLNEY:** Eu quero argumentar. Eu acho que os Conselhos
1431 mudaram os conselheiros, são conselheiros novos, são deputados novos pela eleição em 2014. Então
1432 eu sustento isso aí. Eu até convido Rosilene o CRESS, pelo Brasil inteiro, quem sabe junto com o CRP
1433 propor uma lei de iniciativa popular ao CFESS, você entendeu? E passar em pleno. Essa é a minha
1434 defesa. **ROSILENE:** O que você está propondo na verdade seria com CFESS, porque é o Brasil todo. E
1435 aí eu tenho que levar pra ser deliberado e aprovado em pleno. VOZ AO FUNDO. **MARIA:** Por que
1436 CFESS? **ROSILENE:** Ele falou que é o Brasil todo, aí não é Minas, não e CRESS Minas. Aí é outra instância
1437 federal. Eu só estou colocando o que ele colocou aqui, não estou entrando em detalhe. Eu só estou
1438 esclarecendo o que ele solicitou. **MARIA:** Certo. Mas a proposta dele que refere a nós é que o CEAS
1439 envie para todos os CEAS a resolução que fala de barragem. É isso. Tem alguém contrário? **MARTA**
1440 **SILVA:** Volney, a gente está em discussão de fazer uma revisão da resolução do CEAS em relação a
1441 isso. A gente podia aguardar essa revisão para fazermos os encaminhamentos. Está em tramitação
1442 na ALMG uma lei, quem sabe a gente aguarda o estudo que está melhor encaminhado e faz o
1443 encaminhamento? Por que senão nós vamos está mudando logo em seguida. **MARIA:** Ok, Volney?
1444 Você retira a proposta? Então a proposta do Volney está retirada, de acordo com a Marta. Muito
1445 bem. A outra questão é a questão do William, ele fez uma denúncia. A denúncia do William feita aqui
1446 eu acredito que, se os conselheiros forem de acordo, precisa ser direcionada para a comissão de
1447 normas. E a comissão de normas continuará dando os próximos passos. Todos os conselheiros
1448 concordam? Muito bem. Todos os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. VOZ AO
1449 FUNDO. Já foi aprovado gente! Então todos os encaminhamentos foram aprovados. Vamos passar
1450 para a próxima comissão, que é a comissão de apoio. **VOLNEY:** A questão do William como é que
1451 ficou então? **MARIA:** A questão do William? VOZ AO FUNDO. **VOLNEY:** Vai apurar? O CEAS vai apurar.
1452 Ok. **MARIA:** A questão do William vai para a comissão de normas. Comissão de apoio, por favor.
1453 **ISAQUE:** Primeiro ponto de pauta: preenchimento da vaga de coordenador suplente da comissão de
1454 apoio. O encaminhamento gerado para deliberação da plenária: fazer vacância do cargo de
1455 coordenador suplente da comissão de apoio, visando a otimização dos trabalhos. Está sendo
1456 encaminhando à plenária nome do conselheiro Isaque Santos, considerando que o mesmo é o único
1457 representante da sociedade civil na referida comissão para exercer a função. Segundo ponto:
1458 aprofundamento das contribuições para a construção da cartilha “perguntas e respostas” de
1459 orientação ao CMAS do conteúdo, a elaboração, a redação e o aperfeiçoamento do acesso ao sistema
1460 de aplicativos envolvidos na demanda. Neste ponto nós não geramos encaminhamento, foi apenas
1461 informe. Foi reavaliada a metodologia em pregada face às peculiaridades de cada conselheiro. Alguns
1462 têm preferência ou mesmo disponibilidade apenas para ler, outros já possuem acesso as pastas e
1463 arquivos digitais por meio dos aplicativos Dropbox e Google Drive. Foi decidida pela comissão a
1464 estruturação da cartilha e a necessidade de linguagem simples, objetiva e sucinta, para o efetivo
1465 alcance juntos conselheiros municipais de assistência social. Caberá ao técnico da secretaria
1466 executiva a compilação inicial com a colaboração simultânea dos conselheiros da comissão de apoio
1467 nos próximos meses, devendo ser apresentada a primeira versão já na próxima reunião. Nós
1468 chegamos ao consenso de que o material teria que ser simples e até menor para gerar interesse nos
1469 novos conselheiros. Se eles pegarem um documento muito grande, isso iria desanimá-los.
1470 Deixaremos lá os caminhos para que eles possam buscar as novas informações complementares. O

1471 ponto três: apresentação para a capacitação de conselheiros via telepresencial nas cidades pólos
1472 disponibilizada pela SEDESE, “o exercício do controle social.” Esse também só é um conforme. Foi
1473 definida a data 15 de dezembro de 2016 para a apresentação do tema pela conselheira Páscoa por
1474 meio da rede UAITEC. Isso até já foi avisado anteriormente. O ponto quatro: ofício ADM 059/16 da
1475 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unai, atualização por meio das solicitações e
1476 providências tomadas. Este protocolo de pedido é similar ao da APAE de São Sebastião do Anta.
1477 Encaminhamento gerado para deliberação da plenária: age em vista por ser o segundo
1478 encaminhamento ao CEAS referente ao mesmo tema, foi discutida a necessidade de uma pauta
1479 conjunta com comissão de orçamento, pautando-se a natureza do recurso em questão. Na comissão
1480 a gente observou a necessidade de entender melhor a natureza do recurso para termos melhores
1481 condições de auxiliar na orientação às APAES e aos municípios. Está aberto para as complementações,
1482 algum questionamento, se alguém quiser. **PÁSCOA:** Então, são dois ofícios, né? Um ofício é de Unai,
1483 que a gente já fez o encaminhamento para SEDESE pra resposta. A gente está vislumbrando mais
1484 APAES encaminhando para o CEAS a respeito dessa questão do piso de média complexidade. E aí
1485 a gente pensou nessa possibilidade, de pedir a comissão de orçamento pra gente pode estar sentando.
1486 A gente não está entendendo beque que é esse recurso. O ofício de Unai fala que é um repasse Fundo a
1487 Fundo na modalidade piso de transição de média complexidade, no valor de R\$ 4.866 (quatro mil
1488 oitocentos e sessenta e seis). Então a gente quer discutir melhor. A gente pensa que se a gente sentar
1489 com a comissão de orçamento a gente vai chegar lá. Agora, o segundo ofício, é questão de um
1490 convênio que o prefeito cortou, já não é a mesma coisa, são coisas diferentes. Mas o posicionamento
1491 da APAE em relação ao Conselho é triste. Eles que o Conselho não tem o direito de perguntar quantas
1492 crianças ele estão atendendo, eles acham que a assistente social que foi na APAE junto com o
1493 presidente do Conselho... Então, assim, o ofício é irônico. A gente vai ter que sentar depois para
1494 responder. Quando a gente pegou, a gente achou que era similar, mas não é. Um ofício falando do
1495 piso de transição, o outro é falando sobre o Conselho Municipal. A APAE acha que o Conselho não
1496 tem o direito de pedir informação. Eles falam que não vão atender as cobranças, aí o Conselho pede
1497 a escolaridade e a idade das crianças para atender na escola, porque o presidente do Conselho é o
1498 diretor da escola. Então está uma briga entre eles. A gente te vai ter que sentar na próxima reunião,
1499 discutir e a gente responder. Obrigada. **SOYLA:** É bom explicar que SEAS é com S. Esse SEAS aí que a
1500 gente não estava entendendo é Secretaria de Estado de Assistência Social, é anterior ao MDS. Antes
1501 de o MDS ser criado, era essa a Secretaria de Estado de Assistência Social, está bom? Mas a gente
1502 precisa descobrir direito e entender essa verba. Obrigada. **MARIA:** Ok. Mais alguém? **PÁSCOA:** Eu
1503 esqueci! Hoje a gente discutiu isso na nossa reunião governamental. É muito interessante isso o que
1504 eu vou falar, não é porque eu estou falando não. Nós temos que sentar, discutir, não sei se na CIB...
1505 Gente! A APAES do meu município ela realmente atende, né? Mas aqui, é a entidade mais custosa
1506 que a gente tem. Eles não aceitam fiscalização, eles não aceitam quando o Conselho pede informação,
1507 eles não aceitam que o patrimônio que eles têm a gente tem que fiscalizar, não é? Então, assim, a
1508 gente precisa começar a esclarecer. A Simone falou uma coisa linda aqui hoje, de que nós precisamos
1509 fazer o reordenamento das APAES. Eu achei lindo isso o que ela falou! **VOZ AO FUNDO. MARIA:** Tem
1510 mais alguém escrito? **ISAQUE:** Esse pedido da APAES, a gente tem que estudar isso. Eu fico
1511 imaginando que vão surgir muito mais solicitações semelhantes. A gente não tende ainda a querer
1512 entender melhor. **ELDER:** Na comissão de apoio nós conversamos muito sobre a questão do que seria
1513 esse repasse. Verificamos que a questão era piso de transição mesmo. Nós conversamos sobre a
1514 questão da modalidade do bloco de financiamento, da ideia, da lógica de funcionamento. Isso não é
1515 só no município de Unai, outros municípios não podem ter formalizado isso ao CEAS. Eles chegam a
1516 formalizar isso em reunião para os gestores mesmo. Isso aconteceu no município de Pedro Leopoldo.
1517 Eles acham que é Fundo a Fundo e é direto para eles, não tem que passar pela lógica de financiamento
1518 do SUAS. Eu acho que isso levanta um questionamento de que, a gente tem que trabalhar novamente
1519 junto com a Federação. E outra, até voltar atrás. O quê que significa esse SEAS com S? Era o que a

1520 gente estava discutindo. A Soyla disse que fez até pesquisa, não é Soyla? Ela foi fazer uma pesquisa
1521 para descobri. A gente viu que era uma questão antiga que as APAES vêm recebendo, só que agora a
1522 lógica modificou, tem que passar pelo Fundo, passando pelo Fundo, é bloco de financiamento. Agora,
1523 existe outro trabalho que a APAES vem fazendo que também entra no que a Páscoa colocou, necessita
1524 de um reordenamento. Isso está nítido em vários municípios. A gente precisa discutir e deliberar
1525 sobre esse assunto. **MARIA:** Muito bem. Simone. **SIMONE:** Primeiro eu queria parabenizar o
1526 coordenador da comissão, coordenador Isaque. O coordenador Isaque com aquele corte de cabelo
1527 novo dele ficou ótimo! RISOS. Só não está melhor do que as fotos que ele publica no facebook. RISOS.
1528 VOZ AO FUNDO. **CRISTIANE:** Simone, não é corte, é um penteado! **SIMONE:** É o que? **CRISTIANE:** É
1529 um penteado. **SIMONE:** É lindo o penteado! Lindo! VOZ AO FUNDO. Bem, o piso de transição foi o
1530 único piso congelado do governo federal, por isso que ele chama piso de transição. Ele chama isso
1531 desde 2005. Chama piso de transição porque ele financiava as ofertas de habilitação e reabilitação
1532 no Brasil todo. O que se chamava de habilitação e reabilitação era atividade na escolha, porque
1533 muitas APAES eram escolas. Muitas APAES também ofertava o serviço de saúde. Só para vocês terem
1534 uma idéia, o piso de transição é de 2005 e a tipificação é de 2009. Eu estava até contando na nossa
1535 reunião governamental de que a gente precisa compreender os processos, pra gente não fazer
1536 julgamentos, né? Vamos dizer assim. A Federação das APAES ela é um Federação importante. É uma
1537 Federação que tem se posicionado muito corretamente para a política de assistência social, sem
1538 dúvida nenhuma. Tem município que a única atenção que tem para as pessoas com deficiências é a
1539 APAES, isso todo mundo têm que reconhecer. A lei do SEBAS está escrito, vocês podem procurar lá
1540 que, as entidades de habilitação e reabilitação são entidades de assistência social. A lei é de 2010, se
1541 eu não me engano. Então tudo é muito novo! VOZ AO FUNDO. 2009? É de 2009. De lá pra cá deveria
1542 ter tido um reordenamento na política. Como não teve na política de atenção as pessoas com
1543 deficiência, esse serviço não tem financiamento federal, também não teve regulação. O quê que
1544 aconteceu? Aconteceu isso o que o Elder chamou a atenção aqui, como não teve um reordenamento
1545 na oferta, teve um reordenamento no financiamento. E aí dinheiro que vinha da série histórica que
1546 empenhou essas entidades, eu sei. Eu trabalhei na prefeitura de Belo Horizonte. Na prefeitura de
1547 Belo Horizonte nós fizemos um reordenamento imediatamente assim nós assumimos a
1548 municipalização das ofertas, a Márcia Pinheiro era secretária na época. Foi uma coisa impressionante
1549 a dificuldade de compreensão das entidades de habilitação e reabilitação no que está tipificado. Elas
1550 podem fazer: serviço e proteção em domicílio, que é da básica; Centro Dia, que é da média
1551 complexidade; serviço de convivência, residência inclusiva. Ela pode ofertar muita coisa, mas vai ter
1552 que ofertar o que é de assistência social. Eu participei no ano passado do Encontro Nacional do MDS
1553 com o FONCEAS e as APAES. Nesse encontro foi dito claramente pela Federação das APAES nacional
1554 e estadual que a direção nacional é para que as entidades organizem as suas ofertas. Eu não estou
1555 falando de reordenamento da entidade não, é o reordenamento de suas ofertas, porque elas já são
1556 por lei consideradas entidade de assistência social. Então elas têm que se reordenar sim. Eu estou
1557 vendo na carta aqui: “eu me dedico a entidade”, identifica mesmo! Ela não ganha nada, não ganha
1558 mesmo não! Só que entender que depois do SUAS ela tem que agir como se pública fosse, tem que
1559 ter transparência, tem que prestar conta. Ela é todo mundo! Não é só ela não. Todo mundo tem que
1560 prestar contas. Mas eu acho que é assim mesmo. A gente tem que achar um caminho. A gente tem
1561 que ter um rumo na cabeça, ser democrático e dialogando. Vamos dialogar com a Federação das
1562 APAES. No dia em que estive no Encontro, até estava conversando com a Isabela, que a ex-
1563 subsecretária Juanita ela está na Federação Estadual das APAES com a incumbência exatamente de
1564 colaborar com as APAES no reordenamento. A gente que não teve tempo ainda de procurar a
1565 Federação, de fazer uma parceria com a Federação. É isso mesmo gente! Todo mundo vai reordenar,
1566 né? Pelo menos aqui no SUAS em Minas Gerais nós vamos reordenar. Essa é uma coisa que eu queria
1567 chamar a atenção. A outra: muito cuidado com esse ofício para o prefeito de que está acabando
1568 convênio, temos que lembrá-lo que as ofertas são continuadas. Não é assim não ué! Nós vamos ter

1569 que explicar para om prefiro que a MROSC existe, não é? Que pela MROSC as ofertas de assistência
1570 social são continuadas e que se ele quiser deixar de fazer o convênio vai ter que explicar para todo
1571 mundo o porquê ele está se desfazendo do convênio. Não é desfazendo do convenio que vai resolver
1572 o problema não, ué! Essas coisas a gente tem que tomar muito cuidado. Eu acho muito legal o debate
1573 quer a comissão está fazendo, viu coordenador Isaque? Parabéns pelo debate que a comissão está
1574 fazendo. A comissão está de parabéns. Espero que o senhor continue conduzindo tão bem a
1575 comissão, como está conduzindo. APLAUSOS. **CRISTIANE:** Só uma questão com relação ao que a
1576 Simone colocou. Eu fiquei muito feliz de ter sido contemplada na fala dela, mas é um pensamento
1577 que eu tenho com relação ao reordenamento. Eu tenho escutado muito sobre o reordenamento. As
1578 entidades têm falhando muito desse reordenamento e esperado por ele. Mas eu entendo que o
1579 reordenamento das entidades ele começa mesmo no Conselho Municipal, até porque você não
1580 consegue o SEBAS se você não tiver autorização do Conselho Municipal. Então a questão não é o
1581 SEBAS nesse reordenamento, é o Conselho Municipal. Eu estava agora conversando com o
1582 conselheiro Rodrigo que, as entidades que não estão executando um trabalho de assistência social
1583 possuem um certificado omitido, uma orientação, do Conselho Municipal. É o Conselho que
1584 autorizou. Eu acho que esse reordenamento precisa está muito focado no Conselho Municipal, nas
1585 normas estabelecidas nas resoluções do Conselho, e mais, na disposição e no funcionamento do
1586 Conselho, né? De ter uma comissão que vai acompanhar e que vai monitorar as instituições. Então
1587 eu fico muito feliz! Eu entendo que o olhar aqui não é para as Instituições do SEBAS, mas Instituições
1588 que possuem o certificado, porque sem o certificado e sem a autorização do Conselho Municipal, não
1589 se chega à SEBAS. Então a gente tem que ir lá no Conselho Municipal mesmo, que muitas das vezes
1590 estão muitos desorganizados e não conseguem emitir. Em Espera Feliz nós tivemos um
1591 assessoramento que realizamos em 2013/2014, onde foi dado um certificado tanto para o Conselho
1592 Municipal de Direito da Criança, quanto o CMAS, deu uma casa de acolhimento institucional a qual
1593 as crianças estavam com os direitos extremamente violados, inclusive de saúde mesmo. Essa violação
1594 era de conhecimento Conselho, que a casa estava com todas as documentações em dia. Então, assim,
1595 eu acho que perpassa por aí mesmo, pelos Conselhos Municipais. Eu fico feliz de ser contemplada na
1596 fala da Simone. **Sandare**i gostaria de saber se aqui no Conselho não poderia tirar uma comissão ou
1597 um GT com algumas pessoas, pra chamar a direção e os gestores da APAES. Historicamente as
1598 entidades que executaram ao longo da história era essa a frente. Eu quero falar de uma experiência,
1599 não sei se é essa que a Simone relatou, quando foi a transição das cínicas. Foi essa que você falou. Eu
1600 estava no Conselho Municipal de Assistência Social... **VOZ AO FUNDO.** Ah! É mesmo! Nós duas! Eu
1601 estou até esquecendo que era com você. Entrou até um pessoal na época. Meu irmão excepcional
1602 estudou anos já Fundação João Bosco. Em uma plenária foi solicitada a família, a mídia, a CBN... Estava
1603 lotado! Foi uma plenária conjunta da criança e da adolescência. O pessoal estava pressionando e eu
1604 ficava olhando para os meninos. A minha mãe inclusive foi solicitada para dar um depoimento sobre
1605 o período que o meu irmão tinha passado nessa Fundação João Bosco. Na época eu não sei se eu
1606 estava na previdência, mas eu falei: “não. É o reordenamento.” Eu citei uma fala de um porteiro na
1607 época, um senhor lá da Instituição, por que eu que levava o meu irmão e ficava lá, essa coisas todas...
1608 Ela falou assim: “fala para a sua mãe que já está na hora do seu irmão sair daqui. Fala pra sua mãe
1609 encaminhar que é pra ele poder sair daqui.” Eu falei assim: “gente! Aquele senhor já fala que tinha
1610 que reordenar, que tinha que mudar a lógica do atendimento e tudo.” A gente trabalhou isso não
1611 com muita tranquilidade, mas conseguimos, não é Simone? Eu estou lembrando. Foi na época das
1612 Simone. Então é um tema que é sensível, que toca. Os gestores são aquelas pessoas “de meio-dia pra
1613 trade”, pra não dizer idosos. Tem que ter o reordenamento. Eu acho que tem que tirar um grupo de
1614 pessoas para discutir com esses gestores, com as Federações e falar nesse sentido, para além da lei,
1615 para além das normativas e resolução. Tem que trabalhar devagar com esse pessoal e falar: “agora é
1616 assim.” Eu só estou lembrando desse fato porque aconteceu no Conselho Municipal. É um tema que
1617 a gente se envolve muito emocionalmente. E só nesse sentido, de chamar os gestores e criar uma

1618 estratégia diferente. **MARIA:** Lúcia e depois a Simone. A Simone é a última, não vou deixar ninguém
1619 mais falar. VOZ AO FUNDO. **LÚCIA:** Só pra contribuir aqui e lembrar. Os Conselhos Municipais de
1620 Assistência Social. Nós sabemos o quanto eles necessitam de apoio, de orientação, de qualificação.
1621 Isso tudo nós já discutimos aqui o ano todo, já deliberamos e já tomamos providências. Eu acho que
1622 deve ter certo cuidado ético nosso aqui, de conselheiros estaduais, quando nós referimos aos
1623 Conselhos Municipais de Assistência Social, porque o nível de pressão que eles sofrem é
1624 completamente diferente da relação que nós temos aqui com as demais Instituições. É um trabalho
1625 delicado, a Simone está sinalizando isso. Eu acho que é um trabalho importantíssimo, necessário, mas
1626 vai ter que ser conduzido com muito equilíbrio, porque as coisas não são bem assim em cidades
1627 pequenas. Muitos municípios... E aqui na mesma casa nós temos o Conselho da Pessoa com
1628 Deficiência. Então Simone, em que medidas o Conselho Estadual e a SEDESE vamos dialogar? Eu
1629 percebo no eu município que o Conselho da Pessoa com Deficiência é majoritariamente ocupado por
1630 usuários ou por usuários que estão em outras Instituições que não são APAES. Até hoje eu não cruzei
1631 com um dirigente de APAES portador de deficiência, nunca vi. Mas outras Instituições têm. No
1632 Conselho tem essas pessoas representando essas Instituições, mas eles não têm ainda uma
1633 concepção clara da assistência social. Essa discursão da transversalidade é legal, mas eles não têm
1634 uma compressão clara da política de assistência social. Então eu acho que pra evitar uma força
1635 contrária, que a gente procurasse um meio de já envolvê-los desse o início do processo da discussão,
1636 sabe? Eu entendo que pode haver um desgaste contornado, superado e necessário. **MARIA:** Simone.
1637 **SIMONE:** Eu acho que vou falar de novo, com calma agora. Conselheira Sandra, eu vou falar a primeira
1638 parte para a senhora. Nós não estamos falando aqui no reordenamento de que nós fizemos em Belo
1639 Horizonte. Em Belo Horizonte, vocês sabe disso, a gente demais. A gente fazia coisas naquela época
1640 que... Não tinha nem SUAS naquela época! Naquela época o reordenamento que a gente fez foi de
1641 entidades que receberam recursos da série histórica da assistência social que cobravam dos usuários.
1642 Só pra você ter uma idéia, o meu nome estava lá na clínica psiquiátrica. RISOS. Não rir não! Eu levei
1643 o maior susto! Eu era conselheira e o meu nome estava lá! O meu nome estava na lista conselheira
1644 Sandra, você lembra. Era assim gente! Chamava “distúrbio de comportamento.” Por Deus gente! VOZ
1645 AO FUNDO. Não era? É isso que aconteceu no Conselho Municipal. É claro que naquela época estava
1646 tudo misturado ainda. Ali gente o reordenamento daquela época... Tirar de quem cobrava e de quem
1647 não cobrava tirar de quem atendia deficiente mental, tirar de quem atendia o distúrbio de
1648 comportamento, não estou falando de APAES não e nem dessa entidade que você pronunciou aqui
1649 no microfone. Essas são entidades sérias, sempre atendera deficiente de verdade. Você não chega lá
1650 na APAES e vai achar menino que bate na mãe indo pra lá não, né? Você vai achar lá aqueles que o
1651 poder público nunca atendeu, são os mais graves, os mais sérios, os mais complexos. São esses que
1652 estão lá. Isso é uma questão. A outra parte, aí é o seguinte, eu vou repetir. A Federação Nacional das
1653 APAES, que tem representação de deputado na Câmara, participou da construção do SUAS. Ela não
1654 só participou, como colaborou no debate de que, as entidades de habilitação e reabilitação são
1655 entidades de assistência social, para deixar bem claro que nas nossas ofertas nós não vamos cobrar
1656 um tostão dos usuários. Primeiro é isso. É isso o que eu estou tentando explicar. Tem uma direção,
1657 uma posição nacional da Federação das APAES a favor do SUAS, a favor da tipificação. Agora, a direção
1658 não significa que tem hegemonia na prática. Tem direção, mas não tem hegemonia. E segundo, cada
1659 APAES tem um CNPJ, cada uma é uma. Ela pode optar por ser de educação, pode. Ninguém pode
1660 mandar no estatuto da entidade não gente! Se ela quiser ser de assistência social, ela vai fazer assim.
1661 Mas ninguém está falando que ela vai fazer assim de hoje pra amanhã. Eu até queria que ela fizesse
1662 a coisa “por canetão.” Eu adoraria fazer as coisas pela caneta, mas caneta não vai funcionar. Eu posso
1663 até querer fazer, só que na resolução a partir de amanhã todo mundo vai começar a fazer assim. Não
1664 vai resolver nada, a não ser a minha ilusão de resolvi o meu problema. Então nós vamos fazer com
1665 diálogo, é isso o que estou falando aqui. Nós vamos fazer com diálogo. Agora, fazer com diálogo não
1666 significa ter que voltar atrás não ué, significa como é que a gente vai pra frente. É isso o que eu estou

1667 dizendo aqui. Eu dizendo também que estive no Encontro Nacional onde estava tanto o Dep. Eduardo
1668 Barbosa, quanto a ex-subsecretária de assistência social. Eles estavam lá. Todos eles estavam
1669 discutindo sabe o que gente? As novas ofertas. As experiências que estavam na mesa não são
1670 experiências de escola e de saúde não, as experiências que estavam na mesa lá eram a APAES fazendo
1671 Centro Dia, a APAES fazendo cuidado em domicílio, a APAES fazendo serviço de convivência. Eram
1672 essas as experiências! Eles estão discutindo isso. Eles estão faltando, o que está faltando é a gente
1673 fazer. Somos nós que fazemos a nossa parte, principalmente o governo do Estado, que gosta muito
1674 de jogar a responsabilidade para o Conselho Municipal, para o secretário municipal, né? Faz pouca
1675 parte dele também. Então eu só queria deixar claro para que a minha própria fala não gere confusão.
1676 Eu acho que está na pauta. Eu disse ontem na mesa do nosso debate que a gente conseguiu no nosso
1677 orçamento 10% de aumento, é uma reivindicação antiga deles também. Eu estou falando das ofertas
1678 com o governo do Estado. A gente vai conversar sim! E vamos fazer uma proposta. Pelo o que eu
1679 conheço da equipe da Federação das APAES aqui de Minas Gerais... Aqui tem uma especificidade, é
1680 a turma da assistência, né? A Maria do Carmo foi secretária de Estado da assistência, a Juanita foi
1681 subsecretária, o Eduardo Barbosa foi secretário de assistência... Então todo mundo lá entende de
1682 assistência social. Então eu acho que vai ser bacana a nossa estratégia do reordenamento em Minas
1683 Gerais. **MARIA:** Tudo bem. Considerando os pontos de pauta de encaminhamento da comissão de
1684 apoio, alguém quer esclarecer? Tem alguém contrário os pontos de encaminhamento da comissão
1685 de apoio? Então, considera aprovada por unanimidade. Já que estava falando desse tema, eu queria
1686 aproveitar para fazer uma sugestão pra gente não falar mais aqui sobre isso. Eu vejo que várias
1687 pessoas que falaram demonstraram a importância da profundidade. Eu sugiro que como nas reuniões
1688 anteriores, principalmente as do início deste ano, a gente traga um tema para o debate político sobre
1689 o tema. Como a Simone colocou o que se pensa em fazer, eu acho que é um tema pra gente ter um
1690 momento pra isso, pra dar direcionamento, pra gente não ficar falando só na hora dos argumentos e
1691 se perder o assunto. Uma outra coisa, é a gente cuidar no quer vamos dar de responsabilidade para
1692 os Conselhos Municipais. Na conferência a gente viu o nível dos Conselhos Municipais. A deficiência
1693 vem se desmontando até agora no funcionamento dos Conselhos, para ser bem clara. A gente não
1694 pode esquecer esse ponto, que é a articulação e fortalecimento dos Conselhos, pra gente dar para
1695 eles essa responsabilidade que a gente tanto cobra deles, entendeu? Então, terminamos todas as
1696 discussões e todos os pontos de pauta de todas as comissões. Antes de a gente fazer o encerramento
1697 da nossa plenária, tem o ofício. O Bruno tinha pedido a fala há um tempão atrás, você está disposta
1698 a falar ainda, Bruno? **BRUNO:** Boa tarde conselheiras (os). Geralmente eu venho de manhã, né? Mas
1699 hoje foi impossível de chegar aqui. Eu até cruzei com a Simone de manhã, viu Simone? Eu vim de
1700 ônibus e você veio de carro, nós ficamos agarrados no mesmo questionamento na Cristiano Machado.
1701 Eu gritei tanto! Você não me viu, mas tudo bem. RISOS. Eu queria cumprimentar pelo evento de
1702 ontem, o Seminário das Entidades. Eu acho que do debate das entidades tem ganhado cada vez mais
1703 força. A gente tem discutido muito isso. A participação no PPAG foi bem importante, né Simone? Eu
1704 acho que a gente conseguiu cumprir. O CEAS cumpriu com muito louvor o objetivo traçado aqui. Eu
1705 quero cumprimentar a nova mesa diretora que foi composta. Eu acabei de ler a sua carta ali, viu
1706 Maria? Sei do papel fundamental que você desenvolveu a frente do Conselho, na representação. Eu
1707 acho que muito a contribuir como conselheira. E quero dizer que o momento realmente é um
1708 momento muito tenso, de instabilidade, de processos políticos ideológicos muito complexos, né? A
1709 gente já tem discutido isso há um bom tempo. Então, eu queria cumprimentá-los, desejar a todos
1710 um bom retorno e até a próxima. APLAUSOS. VOZ AO FUNDO. **MARIA:** De manhã a gente ficou de ver
1711 entre a sociedade civil e o governo as pessoas que vão participar do 1º Seminário do Fórum de
1712 Interconselhos. No caso, nós da sociedade civil, as nossas três pessoas serão: Rodrigo, Sandra e o
1713 Volney. E do governo? VOZ AO FUNDO. São três pessoas. VOZ AO FUNDO. A Soyla, o Elder e a Raquel.
1714 VOZ AO FUNDO. Já estão. **SIMONE:** Eles estão, mas vão representar a gente nesse Encontro
1715 Interconselhos também. **MARIA:** Sim. Então, acrescentam-se mais dois, que somariam oito. É uma

1716 representação coletiva. Mas a nossa aqui são seis. Então, é isso aí. VOZ AO FUNDO. Léo, você quer
 1717 falar alguma coisa? Não? Então, por hoje é só. A gente agradece a presença a participação de cada
 1718 conselheiro (a) que participou, a equipe técnica, a Consolação. Até a próxima, se Deus quiser. Vamos
 1719 pela sombra. RISOS. FIM.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Cristiane Isabel Felipe	IMSNS	
Geisiane Lima Soares	Cáritas Brasileira	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS/Pedro Leopoldo	
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Josiany Vieira de Souza	ACONESQUISTAC	
Leonardo Koury Martins	SEAPA	
Leonardo Ladeira	SEPLAG	
Lucia Helena S. Rodrigues	COGEMAS	
Luiz George Marcelino de Trindade	CMAS/Lagoa Santa	
Maira colares	SEDESE	
Maria Alves de Souza	FETAEMG	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	
Marta Maria C. V. da Silva	SEDESE	
Raquel Francisca F. Silva	CMAS/São Francisco de Paula	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Rosilene Aparecida Tavares	CRESS	
Sandra Ferreira	SINTIBREF	
Silvana Célia de Campos	SEE	
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS/Paracatu	
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND	
William de Souza Franco	Comum. Quilombola Marques	
Wilson de Sales Lana	Sec. Est. Fazenda	

1720